

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
COGEAE
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS
CEADE

**O MICROCRÉDITO NO BRASIL E OUTRAS MODALIDADES DE
CRÉDITO COMO FERRAMENTA PARA O DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO E SOCIAL**

JEAN MARQUES AMBROSIO

São Paulo - SP

2012

JEAN MARQUES AMBROSIO

**O MICROCRÉDITO NO BRASIL E OUTRAS MODALIDADES DE
CRÉDITO COMO FERRAMENTA PARA O DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO E SOCIAL**

Monografia apresentada ao Curso de Especialização em Administração de Empresas, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - COGEAE, como pré-requisito para a obtenção do título de Especialista em Administração, orientada pelo Professor Doutor EDUARDO FERNANDES PESTANA MOREIRA.

São Paulo - SP

2012

AVALIAÇÃO.....

ASSINATURA DO ORIENTADOR.....

ASSINATURA DO COORDENADOR.....

“Se eu pudesse deixar algum presente a você, deixaria aceso o sentimento de amar a vida dos seres humanos. A consciência de aprender tudo o que foi ensinado pelo tempo a fora. Lembraria os erros que foram cometidos para que não mais se repetissem. A capacidade de escolher novos rumos. Deixaria para você, se pudesse, o respeito àquilo que é indispensável. Além do pão, o trabalho. Além do trabalho, a ação. E, quando tudo mais faltasse, um segredo: o de buscar no interior de si mesmo a resposta e a força para encontrar a saída”

Mahatma Gandhi

Dedico esta monografia a minha esposa que me dá muito apoio em todos os momentos da minha vida e nunca mediu esforços para me ajudar, ao meu filho que alegra minha vida simplesmente pelo fato de existir e aos meus pais que me ensinaram os reais valores de vida e formaram meu caráter. Obrigado por tudo!

Agradeço primeiramente a Deus, pois, sem ele eu não teria forças para essa longa jornada, agradeço ao meu orientador e aos professores do curso e especialmente aos meus familiares que me ajudaram na conclusão da monografia.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
1 CONCEITO, DEFINIÇÃO E HISTÓRIA DO MICROCRÉDITO.....	12
1.1 Pobreza e a Busca por subsistência.....	12
1.2 O microcrédito	15
2 DESENVOLVIMENTO DO MICROCRÉDITO NO BRASIL	18
2.1 A inclinação à solicitação de microcrédito	21
2.2 Riscos de Crédito e Inadimplências.....	22
2.3 Microcrédito no governo Lula: inclusão social via mercado de micro finanças	23
3 INSTITUIÇÕES DE MICROCRÉDITO NO BRASIL	26
3.1 CREDIAMIGO:.....	26
3.2 O QUE SÃO BANCOS POPULARES?	29
3.2.1 BANCO POPULAR DA MULHER DE CAMPINAS:	29
3.2.2 BANCO POPULAR:.....	30
3.2.3 BANCO DO POVO PAULISTA:	31
3.2.4 BANCO POPULAR DO BRASIL:.....	32
4 MICROCRÉDITO COMO FERRAMENTA PARA O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL	34
4.1 O programa de microcrédito CrediAmigo e suas estatísticas no desenvolvimento financeiro	37
4.2 Microcrédito como foco na diminuição da pobreza.	46
4.3 Métodos de crédito disponíveis	50
4.4 Existe uma solução definitiva para a pobreza?.....	52
CONCLUSÕES FINAIS	54
REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFICAS	57

ÍNDICE DE TABELAS

TABELA 1 - Estimativa de Crédito Oferecida	38
TABELA 2: Micro e pequenas empresas de comércio e serviços, pessoal ocupado, salários, retiradas e outras remunerações, valor adicionado e receita operacional líquida, segundo faixa de pessoas ocupado – 2001.....	42

ÍNDICE DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1: Inadimplência dos consumidores	39
GRÁFICO 2: Inadimplência das empresas	40
GRÁFICO 3: Comparativo de contratações do serviço 2002 a 2012.	45
GRÁFICO 4: Contratações por renda familiar mensal.	46
GRÁFICO 5: Índice de pobreza no Brasil	52

RESUMO

O tema a ser abordado compreenderá a evolução da oferta de operações de microcrédito no mercado Brasileiro ao longo do tempo, passando pela fundamentação e conceituação deste tipo de operação, suas principais destinações e vantagens em relação a outras modalidades de crédito existentes, exemplificando algumas instituições que ofertam esta linha de crédito e os resultados que estes programas geraram segundo estatísticas das próprias instituições e do governo (BACEN, Ministério de Trabalho, IBGE), bem como as iniciativas governamentais realizadas para o desenvolvimento desta modalidade de crédito, com vistas a propiciar aos cidadãos menos favorecidos uma opção para empreender pequenos negócios que possam gerar desenvolvimento econômico e social, e diminuir a pobreza extrema.

Palavras Chave: Microcrédito, Microfinanças, Microempreendedores, Desenvolvimento Econômico e Social.

INTRODUÇÃO

A informalidade sempre foi reconhecida como sendo grande responsável pela circulação econômica do Brasil, porém, muito se questionou sobre o papel desta da evasão fiscal, iniciando então, um grande incentivo por parte do governo para legalização destes como empresário individual e microempresários, sendo o microcrédito oferecido como vantagem para o desenvolvimento de seu negócio tanto individual como para empresas de até cinco funcionários (NERI, GIOVANINI, 2005).

Muitos estudos defendem o microcrédito como ferramenta para enfrentamento das desigualdades econômicas, como estudo de Magalhães e Abramovay (2007) e Soares, Barreto e Azevedo (2011), porém, outros, questionam essa efetividade (SANTOS E CARRION, 2009).

Em 2005, o estudo de Neri e Giovanini (2005) identificou que o mercado de microcrédito se revelou incipiente, onde apenas 13,7% dos nano negócios apresentavam dívida pendente, a concentração dos estoques de dívida entre os 10% mais altos valores neste segmento eram de 98,5% contra 60,8% do faturamento e 59,4% do lucro.

O trabalho aqui apresentado justifica-se então pela necessidade de se estudar e entender o papel do microcrédito no contexto nacional de forma analisar através de dados estatísticos sua efetividade ou não dentro do desenvolvimento econômico seja ele local ou nacional.

Dentro deste contexto, este trabalho tem como objetivo demonstrar a evolução do microcrédito no Brasil e como este tem se comportado dentro do desenvolvimento econômico e social do país.

Para o desenvolvimento deste estudo foi realizada extensa pesquisa de fontes secundárias sobre o tema, buscando publicações e dados estatísticos em diversos seguimentos, como órgãos governamentais tais como IBGE, BACEN, Ministério do Trabalho, e publicações de universidades públicas e obras de autores especializados.

Para tratar do tema Microcrédito será abordada a evolução da oferta de operações de microcrédito no mercado Brasileiro ao longo do tempo, passando pela fundamentação e conceituação deste tipo de operação, suas principais destinações e vantagens em relação a outras modalidades de crédito.

Buscarei exemplificar algumas operações de instituições que ofertam esta linha de crédito e os resultados que estes programas geraram segundo estatísticas das próprias instituições e do governo (BACEN, Ministério de Trabalho, IBGE), bem como as iniciativas governamentais realizadas para o desenvolvimento desta modalidade de crédito, com vistas a propiciar aos cidadãos menos favorecidos uma opção para empreender pequenos negócios que possam gerar desenvolvimento econômico e social, e diminuir a pobreza extrema.

1 CONCEITO, DEFINIÇÃO E HISTÓRIA DO MICROCRÉDITO.

Este capítulo tem como objetivo esclarecer e conceituar o microcrédito bem como expor suas peculiaridades a fim de embasar o trabalho aqui propostos. O microcrédito é encontrado na literatura com diversos tipos de definições, no entanto, todas se assemelham do sentido deste ser um crédito com o valor menor perante aos outros tipos de créditos. Assim, no decorrer das conceituações e definições far-se-á uma breve explanação pessoal a fim de complementar os ensejos aqui demonstrados.

Para considerada ideal explanação dos conceitos aqui mencionados decidiu-se por dividir este capítulo em dois momentos, o primeiro tratando da pobreza e a busca pela subsistência afirmada ainda mais com o capitalismo globalizado, posteriormente, então, os conceitos do microcrédito e seus interesses quanto a ser uma ferramenta de distribuição de renda.

1.1 Pobreza e a Busca por subsistência

De acordo com Afonso (2010) a partir do séc. XVIII pode ser observado o fenômeno do aumento da riqueza sem precedentes, principalmente nas regiões ocidentais. Esse fator possibilitou maior distribuição de renda e melhoria na qualidade de vida a aqueles que contribuíam para o desenvolvimento desta riqueza, porém, enquanto o aumento da riqueza propiciou situações melhores e desenvolvimento para alguns países, outros começaram a sentir a marginalização, havendo então a separação em países desenvolvidos e desenvolvidos. A pobreza então, que para alguns autores é delimitada como o limite da subsistência humana alargou-se grandemente em vários lugares, sendo demonstrado pelos indicadores com aspectos alarmantes.

A pobreza, exclusão social e desigualdade estão diretamente ligadas à má distribuição de renda e recursos, sejam eles provindo do setor público ou do setor privado, fazendo com que a complexidade de situações causadas por esses fatores impulsionem os indivíduos buscarem constantemente por soluções para sua situação (AFONSO, 2010).

Definir a pobreza, no entanto, pode ser um desafio muito grande uma vez que esta está relacionada de maneira diferente em cada sociedade, ou seja, os parâmetros de pobreza e exclusão pode ser modificado de acordo com a sociedade que é avaliada, sendo então preciso um estudo generalizado do local a que o conceito é delimitado e conceituado (RIBEIRO, 2009, p.22).

“O forte crescimento econômico verificado nos países ocidentais levou a uma divisão entre estes países, desenvolvidos, situados principalmente na Europa Ocidental e na América do Norte, e os outros da Ásia, África e América Central e do Sul que se mantêm em “vias de desenvolvimento”. Nos países desenvolvidos diminuiu drasticamente a proporção da população cujas condições de vida estão abaixo do limiar de subsistência, que continua a ser muito elevada nos países em vias de desenvolvimento” (AFONSO, 2010).

Estudiosos como Ribeiro (2010) defendem que a igualdade de oportunidades é um direito precípua do indivíduo desde sua concepção. Assim, os processos de exclusão, desigualdade e busca pela subsistência vem a ser uma quebra desses direitos. Para o autor a desigualdade está ligada não apenas em aspectos financeiros, mas aspectos sociais gerais, acentuados com discriminação, preconceitos, a falta de acesso à saúde, educação e assim por diante.

“Para qualificar o nível de desenvolvimento de determinada sociedade, é preciso considerar a amplitude do hiato existente entre a concentração de riqueza e o nível de vida de todos os agentes. O desenvolvimento tem que estar relacionado com a melhoria da condição de vida de todos. Esse enfoque humanista de desenvolvimento contrasta com visões mais economistas (crescimento do Produto Nacional Bruto, renda *per capita*, industrialização, avanço tecnológico ou modernização social), o que justifica tomá-lo como uma expressão de liberdade. Todos os fatores econômicos são importantes, porém devem ser considerados como meios para a expansão das liberdades dos agentes sociais e não como fins da sociedade. Outros determinantes como as disposições sociais e econômicas (saneamento básico, educação, saúde, alimento), os direitos civis e os direitos políticos são também importantes medidas de liberdade” (RIBEIRO, p, 24 e 25).

Diferentemente do conceito de pobreza, a exclusão se encontra com níveis homogêneos em sua concepção onde suas raízes independem da formação social.

De acordo com Ribeiro (2009, p.22):

“A exclusão social, por sua vez, pode ser vista como uma soma de várias exclusões, habitualmente muito inter-relacionadas: exclusão do mercado de trabalho formal, da escola, do mercado residencial formal, da economia etc. Na verdade, a exclusão social é mais um processo do que uma situação de fato, é uma sequência de elementos e fatores que colocam os excluídos reiteradamente em desvantagem na competição por novas oportunidades, tornando-os candidatos prováveis a novas exclusões. Todo o sistema dominante na ordem social age com o objetivo de manter os agentes onde estão e talvez distanciá-los ainda mais, excluindo mais os excluídos ou incluindo mais os incluídos. Pierre Bourdieu (2009) trata do processo social de exclusão e inclusão através do fenômeno do poder da nomeação. Ao falar da relação entre a nomeação das coisas e o direito, estabelece o autor, um paralelo entre este e a manutenção do poder àqueles que o detém.”

Observa-se que a atividade informal e/ou autônoma está diretamente ligada a história da humanidade, pois é através desse tipo de atividade que as pessoas menos favorecidas encontram sua subsistência e muitas vezes independência financeira. Porém, essas atividades foram por muito tempo discriminadas pelas agências financeiras, uma vez que suas respectivas rendas se demonstravam pequenas, e o crédito era impedido pela falta de comprovação da capacidade econômico-financeira. (ALVES E CAMARGOS, 2010). O crédito por sua vez está diretamente ligado ao sentimento de confiança, ou seja, você só empresta algo, ou dá crédito para alguém que confia. Sendo assim, a dificuldade de uma pessoa autônoma ou microempreendedor ter essa confiança das Instituições para conseguir seus créditos sempre foi considerada como possibilidade nula (AFONSO, 2010).

Por muito tempo esses autônomos procuraram sua subsistência do crédito em agiotas, como por exemplo, demonstrado no estudo de Muhammad Yunus (2009, p. 24) que relatou este caso na província de Chittagong relatando que os cidadãos desta província eram inclinados a viverem em um sistema informal de agiotagem que os permitia a

subsistência apenas, sem a possibilidade de crescimento devido às taxas aplicadas ser enormes, porém, mesmo com essas altas taxas, eles tinham crédito dos agiotas, ao contrário das Instituições financeiras que lhes exigiam garantias e burocracias enormes para a concessão de crédito.

1.2 O microcrédito

Não é difícil imaginar que microcrédito é representado por créditos considerados de valor relativamente baixo perante as Instituições financeiras. Então se encara o microcrédito como pequeno crédito:

...o microcrédito possui algumas características peculiares que o diferenciam do crédito tradicional, por não ser operado apenas por instituições financeiras convencionais, mas também por cooperativas, associações, ONGs e instituições especializadas em microcrédito. Além disso, destaca-se o fato de estar direcionado principalmente a tomadores de baixa renda e ter como objetivo último a melhoria das condições sociais e econômicas desses clientes e de suas famílias e comunidades (ALVES, CAMARGOS, 2010).

Alguns autores como Afonso (2010) defendem que a conceituação de definição de microcrédito mais coerente perante a contemporaneidade é a do Grameen Bank, “...*que pressupõe um mecanismo formal ou semi-formal de prestação do serviço de crédito (e outros serviços financeiros) e exclui todas as formas de crédito informal*”.

O microcrédito tem como seu objetivo possibilitar o desenvolvimento através de fornecimento de recursos para as classes mais baixas. De acordo com Alves e Camargos (2010) demonstram em seus estudos que os primeiros relatos quanto a sua criação e existência foram na Europa no final do século XIX, quando esta , impulsionada pela expansão do capitalismo preocupou-se com o desenvolvimento da população mais pobre. A iniciativa teve como objetivo fazer com que estas através do microcrédito obtivessem subsídios para seus negócios.

Já Ribeiro (2010) revela que seus estudos apontaram registros muito antes, ou seja, na Grécia Antiga, a qual aplicava os conhecimentos de técnicas bancárias herdadas pelos Mediterrâneos.

De acordo com o autor:

A Constituição de Sólon, por exemplo, autorizava o empréstimo com juros, bem como proibia empréstimos com garantia pessoal da vida do devedor, subentendendo-se que a prática já era comum há tempos. Em Roma, o empréstimo era realizado por banqueiros denominados “banqueiros argenti”. Os romanos desenvolveram um sistema de crédito muito semelhante ao de hoje e o praticaram em suas mais modernas formas. Eles instituíram, inclusive, o costume de usar o crédito para suprir a necessidade de capitais. Segundo Ventura (2009, p.9) “foi Roma que estabeleceu a base de crédito mediante suas leis que, através da legislação de Justiniano, até os nossos dias, fundamentavam os institutos de crédito”. Arnaldo Rizzardo (2009) afirma que o crédito pode ser definido como toda operação monetária pela qual se realiza uma prestação presente contra a promessa de uma prestação futura.

Os estudiosos passando a estudar a necessidade de crédito para os micros empresários, autônomos, como oportunidade para igualdade social, acredita-se que este foi o início do interesse do Estado. Antes disso, iniciativas de concessão de microcrédito foram encontradas na literatura como sendo realizadas por iniciativas do terceiro setor (ALVES, CAMARGOS, 2010).

Porém, Afonso destaca que o microcrédito pode ser definido também de acordo com sua origem, ou seja:

1) formas tradicionais de microcrédito informal (agiotas, casas de penhores, empréstimos particulares, *etc.*); 2) microcrédito baseado em grupos informais tradicionais (ROSCA, *etc.*); 3) microcrédito para actividades específicas efectuado por bancos convencionais ou especializados; 4) bancos especializados em crédito agrícola; 5) microcrédito cooperativo; 6) microcrédito para consumo; 7) microcrédito baseado em parcerias Bancos – ONG; 8) microcrédito tipo Grameen; 9)

outros tipos de microcrédito desenvolvidos por ONG; 10) outros tipos de microcrédito desenvolvido por outras entidades e sem exigência de garantias reais. O autor admite que esta classificação seja uma primeira tentativa, sendo apenas uma forma de demonstrar a diversidade de programas e actores envolvidos e a necessidade de clarificar estas diferenças para que o debate em torno destas questões faça sentido (AFONSO, 2010).

Iniciam-se então muitas discussões sobre os microcréditos, porém, é evidente o interesse por diversos mecanismos em participar dessa distribuição, seja pelo interesse social, ou pelos lucros que esses podem subsidiar.

Ribeiro (2010) define o microcrédito em termos econômicos como a troca de *“um ativo líquido (dinheiro) ou liquidável (bem ou direito) por um ativo financeiro crédito, aparece ao longo de toda a História da humanidade, não sendo difícil imaginarmos também a comum existência de operações de valor relativamente pequeno”*.

Nota-se que em todas as tentativas de conceituação e definição nenhuma delas deixou de mencionar que a criação e existência do microcrédito têm como objetivo viabilizar recursos às classes menos favorecidas, procurando assim, servir como escopo para o contexto do desenvolvimento social.

Assim o microcrédito então passa a comportar-se como economia popular e solidária, Ribeiro conceitua esse tipo de economia como sendo:

... Aquele setor de atividades e empreendimentos que se estabelecem, à margem da legalidade ou não, como resposta à exclusão econômica e social: redes assistenciais e filantrópicas; atividades ilegais e pequenos delitos; iniciativas individuais não estabelecidas formalmente (vendedores em geral, camelôs, etc.); micro e pequenas empresas; negócios de caráter familiar, individual ou de dois ou três sócios; organizações econômicas coletivas, populares e solidárias. Atividades cujo principal objetivo é o de possibilitar a subsistência dos que a praticam. Esse grupo inclui desde desempregados, qualificados ou não, aos totalmente excluídos dos processos de desenvolvimento de

tecnologias, dos programas sociais oficiais, da distribuição de renda e do sistema econômico oficial (RIBEIRO, 2010).

2 DESENVOLVIMENTO DO MICROCRÉDITO NO BRASIL

O desenvolvimento do microcrédito no Brasil é tratado por vários autores, parecendo com grande frequência ligada ao desenvolvimento nacional. O estudo de Costa (2010) liga o microcrédito à revolução do pensamento econômico brasileiro o qual passou a reconhecer outros tipos de trabalhadores além daqueles assalariados das décadas de 70 e 80.

Tomelin (2012) enfatiza que a regulamentação no Brasil veio em 2003 com a medida provisória 122 de 25 de junho a qual conferiu ao Conselho Monetário Nacional competência para regulamentar as aplicações dos bancos convencionais, dos bancos múltiplos com carteira comercial, da Caixa Econômica Federal, bem como as cooperativas de crédito e de pequenos empresários, microempresários ou microempreendedores.

De acordo com SEBRAE, o Microcrédito no Brasil é considerado como nascente, é recente na economia brasileira, tendo nascido graças a iniciativas de Organizações não Governamentais (ONG) que criaram seus produtos como alternativa de acesso ao crédito produtivo pelas camadas mais carentes da população tendo em vista o reduzido número de instituições (SHULER, 2008).

O estudo de Veauvy (2011) no entanto enfatiza que o microcrédito começou a ser mencionado depois da década de 70 com o crescimento da economia brasileira:

“... especificamente no ano de 1973, ano que marca o fim do “Milagre Econômico” brasileiro (1968-1973). Perpetuado durante o regime militar (1964-1985), o que se entende por milagre econômico foi um período de grande e constante crescimento do PIB e da produção industrial brasileira levado a cabo graças a um cenário de grande liquidez internacional. Para a consecução do plano, que teve como reflexo a manutenção de taxas de crescimento acima de 10% ao ano, o Brasil iniciou um percurso de

endividamento externo que, na década de 80, iria desaguar na crise da dívida.”.

Assim, de acordo com a literatura mencionada a participação do terceiro setor foi fundamental para a formação e legalização do microcrédito no Brasil. O primeiro registro no Brasil foi em 1973 com a criação da União Nordestina de Assistência a Pequenas Organizações (Programa UNO) (VEAUUVY, 2011 E SHULER, 2008).

De acordo com Veauvy (2011) o segundo registro foi o de 1982, que também é uma sociedade sem fins lucrativos:

“... sob o nome de Associação Brasileira para o Desenvolvimento da Mulher (Banco da Mulher) e contou com o apoio do Women’s World Bank. A organização, localizada inicialmente no Rio de Janeiro, ganhou também apoio do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) em 1989 e se expandiu para Bahia.”

Em 1987 foi criado também Centro de Apoio aos Pequenos Empreendimentos na Terra (CEAPE/RS), na cidade de Porto Alegre RS, a partir da experiência a *Accion International* e de ações não governamentais colombianas, citadas acima, e foi a primeira organização formal em Microcrédito (SHULER, 2008).

“... 1986 foram criados o Banco do Microcrédito, no Paraná, e o PROMICRO, no Distrito Federal (MONZONI, 2006, p.51). Em 1987 surgiu uma ONG, em Porto Alegre, que tinha apoio do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e da Inter-American Foundation (IAF), o Centro de Apoio aos Pequenos Empreendimentos Ana Terra (CEAPE/RS). No ano de 1988 o Instituto de Desenvolvimento Ação Comunitária (IDACO) foi concebido no Rio de Janeiro.”

Ainda segundo Veauvy (2011) o período de 1972 e 1988, pode ser caracterizado como o primeiro período do microcrédito, havendo então o desenvolvimento do conceito, criação do microcrédito no Brasil. Esse período foi caracterizado exclusivamente pelas ONGs tendo como foco o desenvolvimento local.

Há ainda a conceituação do que Veauvy (2011) chamou de segundo período que corresponde o período de 1989 a 1997.

Esta fase diz respeito à entrada dos governos municipais como atores microcrediciários por meio de programas ou/e organizações para operar diretamente com microempreendedores, os chamados Bancos do Povo, aliado a expansão do cooperativismo de crédito urbano e a formação de sistemas alternativos de cooperação de crédito rurais.

Desta forma dentro do contexto aqui apresentado observa-se que uma cooperativa de crédito nada mais é do que uma instituição financeira formada por uma sociedade de pessoas determinadas, com forma e natureza jurídica própria de natureza civil, sem fins lucrativos e não sujeita a falência. Quando um grupo de pessoas constitui uma cooperativa de crédito, o objetivo é propiciar crédito e prestar serviços de modo mais simples e vantajoso para seus associados. Para se criar uma cooperativa de crédito de pequenas empresas, são necessárias, pelo menos, 20 pessoas físicas, divididas em 4 fases: Sensibilização, Constitutiva, Pré-operacional e Operacional (SEBRAE, 2012).

A maioria dos autores na literatura considera que conceder o microcrédito é dar a oportunidade de acesso ao crédito àquelas pessoas que não têm acesso ao sistema bancário formal. O Brasil tem como maior programa de microcrédito, o CrediAmigo, que também é um dos maiores da América Latina. Até dezembro de 2001, ele havia realizado 599,8 mil operações no valor de R\$ 440 milhões. Sua inclusão leva a um aumento de 110,23% no total de operações de microcrédito no Brasil, constituindo o maior programa de microcrédito do país (BARONE; DANTAS; LIMA; REZENDE, 2002).

O setor de microcrédito no Brasil demonstra conquistas evidentes, nos últimos anos. Ele se tornou um efetivo instrumento de combate à pobreza através da sua inserção e o impacto que provoca na realidade social das famílias. Entretanto, a oferta de microcrédito ainda é muito pequena face à demanda potencial no País. As instituições financeiras representam grandes aliadas para o futuro do microcrédito, pois o desenvolvimento deste mercado não depende apenas de políticas propostas pelo governo e

de indicadores econômicos. A evolução deste mercado depende, essencialmente, da participação de empresários visionários e conscientes de seu papel relevante na sociedade, capazes de promover ações em prol não só do desenvolvimento econômico do País, mas, também, em razão do desenvolvimento social de sua comunidade. (BUFFARA, 2012)

2.1 A inclinação à solicitação de microcrédito

Taxas de juros e Subsídios. A alta taxa de juros cobrada pelos bancos tradicionais por muitas vezes considerada o principal entrave para o acesso de microempresas ao crédito, não é tão importante quanto parece à primeira vista. Não é a taxa de juros que afasta pequenos demandantes do crédito tradicional, e podemos notar que o acesso ao microcrédito também é dado sob taxas de juros altas, o que possibilita a auto sustentabilidade da instituição.

Pensar em subsidiar as taxas de juros não aumentaria o acesso ao crédito, até porque uma pesquisa já comentada anteriormente realizada em São Paulo pelo SEBRAE constatou que 90% das micro e pequenas empresas paulistas excluídas do acesso ao crédito bancário, utilizam alternativas de financiamento que em geral cobram juros mais altos, como por exemplo, o cheque especial, cartão de crédito, agiotas e etc. (SEBRAE, 2012).

Para a efetivação de um financiamento, existem custos que são proporcionais ao montante emprestado, como por exemplo, custo de captação de recursos, provisão para perdas por inadimplência e outros. Entretanto, existem custos que são fixos e independem do montante do empréstimo, ou seja, se o empréstimo é menor, o custo acaba ficando mais caro.

Nas linhas de microcrédito, esses custos tornam-se ainda mais altos, visto que o demandante não possui um histórico creditício, não possui colateral, e a parte dos custos fixos da instituição ofertante vai ser o mesmo, ainda que oferecendo pequenas quantias no empréstimo, provavelmente sendo esta a causa da pequena difusão entre os grandes bancos até então.

2.2 Riscos de Crédito e Inadimplências

Para Silva (2006, p. 51), “[...] o risco de crédito é a probabilidade de que o recebimento não ocorra, ou seja, é igual a 1 (um) menos a probabilidade de recebimento”.

De acordo com Schrickel (2000), o risco é um fator sempre presente na concessão de crédito, podendo ser razoável ou de grande intensidade. O maior risco presente nas operações de crédito está vinculado ao total desconhecimento das características do tomador ou sobre a finalidade do empréstimo, segundo o mesmo autor.

Segundo Chaia (2003) quando acontece uma concessão de recursos, a instituição financeira passa a possuir o chamado Risco de Crédito. Sendo que este risco pode ser percebido como a possibilidade do proponente ao crédito não realizar o pagamento referente à transação financeira.

Paiva (1997) divide o risco de crédito em dois tipos: risco específico ou não sistemático e risco de mercado ou sistemático. O risco específico é aquele relacionado às características do cliente e o risco de mercado é o que provém de fatores externos, como guerra, recessão, taxas de juros, etc.

Segundo Oréfica (2007), a inadimplência refere-se ao não cumprimento, no todo ou em parte, de uma operação financeira. São consideradas inadimplentes, as operações vencidas e não pagas há mais de noventa dias, sendo acrescidos a elas juros moratórios, multa contratual e outros encargos.

Segundo Nichter (2002), um dos motivos para a elevação da taxa de inadimplência das carteiras de microcrédito das Instituições de Microfinanças (IMFs) advém do desvirtuamento da metodologia de concessão do crédito, ao não serem empregados métodos característicos de concessão como o aval solidário. A inadimplência pode ser considerada o principal problema do setor microfinanceiro, pois uma gestão ineficiente da carteira de crédito aumenta os custos da transação e inviabiliza a sustentabilidade financeira e o crescimento da organização (NICHTER, 2002). O índice de inadimplência do microcrédito aos empresários informais, no entanto, não supera 0,5%. "Isso porque é exigida a elaboração do grupo solidário", diz Jerônimo Ramos, superintendente de microcrédito do Santander. Na prática, o grupo solidário funciona como um seguro-fiança.

Composto por no mínimo três empresários, um garante o pagamento da prestação caso o outro atrase a quitação (SCRIVANO, 2010).

De acordo com a literatura aqui apresentada observa-se que a taxa de inadimplência do microcrédito é menor, se comparada aos empréstimos comuns, pois os mais pobres, além de não apresentarem muitas garantias de pagamento, sabem da necessidade de um futuro empréstimo e mantém o crédito limpo. Para as cooperativas, isso faz com que o dinheiro gire constantemente, ou seja, cada valor recebido, será novamente emprestado a quem necessita.

2.3 Microcrédito no governo Lula: inclusão social via mercado de micro finanças

Embora, a ideia do microcrédito como alternativa para combater a pobreza tenha continuado no período do governo Lula, o fato desse governo pertencer a um partido de esquerda fez com que as suas ações voltadas para o mercado financeiro fossem interpretadas por certos autores como indícios de que o governo Lula teria aderido ao projeto político considerado neoliberal, que estaria em processo no Brasil desde o governo Fernando Collor de Melo (1990 -1992).

A política de microcrédito / microfinanças no governo Lula foi integrada a política de Economia Solidária e teve como objetivo aperfeiçoar e ampliar o acesso ao crédito entre os microempreendedores formais e informais, visando à geração de trabalho e renda. Singer citado por Queiroga (2006) argumenta que a expansão mundial do microcrédito em conjunto com o crescimento da economia solidária, se tornaram alternativas consideradas mais viáveis aos efeitos perversos do sistema econômico capitalista.

Com o objetivo de gerar trabalho e renda e permitir que as pessoas tenham acesso ao crédito, o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo (PNMPO) atendeu mais de 870 mil clientes no segundo trimestre de 2012. (PORTAL BRASIL, 2012).

Ainda de acordo com o Portal Brasil, o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado teve crescimento de 62,57% no volume total de crédito concedido no segundo trimestre de 2012, em comparação ao mesmo período do ano anterior, informou o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). No total, foram injetados na economia R\$ 1,4

bilhão no período. Foram realizadas 848.184 operações, para um total de 872.753 clientes atendidos. Em 89,25% dos casos, os recursos foram destinados para capital de giro.

O perfil dos tomadores é caracterizado da seguinte forma, os trabalhadores informais, detendo 845.300 empréstimos, que representam 99,06% do total de empréstimos são os maiores beneficiados. Com relação ao gênero, as mulheres representam 64,65% do público total. E com relação ao ramo de atividade, os comerciantes, com 87,20% do total, formam a maior clientela.

O Portal Brasil (2012) esclarece que o objetivo do programa é gerar trabalho e renda, permitindo que pessoas que não são atendidas pelo sistema financeiro tradicional tenham acesso a crédito, diz o ministério. O público abrange empreendedores populares, formais e informais, de atividades produtivas de pequeno porte com faturamento anual de até R\$ 120 mil.

Segundo informações publicadas na revista Exame (2012):

“BNDES eleva orçamento para microcrédito em 122% ”...O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) elevou a dotação orçamentária do Programa BNDES de Microcrédito, de R\$ 450 milhões para R\$ 1 bilhão, uma alta de 122%. O prazo de vigência do programa foi ampliado até 31 de dezembro de 2013.”

A diretoria do BNDES também decidiu dividir o programa em dois subprogramas, de acordo com o perfil dos operadores dos recursos: BNDES Microcrédito Agente Financeiro e BNDES Microcrédito Agente Repassador. Agentes repassadores são entidades públicas ou privadas não credenciadas como agentes financeiros pelo BNDES, mas que estão aptas a repassar para terceiros recursos do programa.

Segundo nota do BNDES, são enquadrados como agentes repassadores organizações da sociedade civil de interesse público (OSCIPs), sociedades de crédito ao microempreendedor (SCM), agências de fomento não credenciadas como agente financeiro do BNDES, cooperativas singulares de crédito (que atendem a pessoas físicas, microempreendedores individuais e agricultores familiares) e cooperativas centrais de crédito (espécie de "holding" de cooperativas singulares, que reúnem três ou mais cooperativas).

De acordo com a forma de atuação, os agentes operadores podem ser classificados como de primeiro piso - instituições de microcrédito produtivo orientado (IMPO), que atuam diretamente com o microempreendedor - ou de segundo piso, caso dos agentes de intermediação (AGI), que repassam os recursos para as IMPO.

Custo - O custo financeiro para os agentes de primeiro piso foi reduzido de TJLP (5,5%) mais 1,5% ao ano, para TJLP acrescida de 0,9% ao ano. O prazo de financiamento é de até 72 meses, incluindo 36 de carência. Já sobre os agentes de segundo piso, incide apenas TJLP (5,5% ao ano), sem taxa de remuneração básica. O prazo de financiamento é de até 96 meses, incluindo 60 meses de carência. Em ambos os casos, não há taxa de risco de crédito.

Para os beneficiários finais, o custo financeiro é determinado pelo agente operador de microcrédito, limitado a 4% ao mês, acrescido de uma taxa de abertura de crédito (TAC) de até 3% sobre o valor do financiamento. Cada beneficiário final pode contrair empréstimo de até R\$ 15 mil, e os recursos podem ser utilizados para investimento fixo ou capital de giro. A receita bruta anual máxima desses beneficiários foi elevada de R\$ 240 mil para R\$ 360 mil.

“O programa BNDES de Microcrédito busca promover a economia popular por meio da oferta de recursos a atividades produtivas de pequeno porte. O BNDES possui 73 operações contratadas no âmbito deste programa: 39 com OSCIPs, 12 com cooperativas de crédito singulares, cinco com cooperativas centrais, oito com agências de fomento, quatro com bancos de desenvolvimento, um com banco comercial, duas com bancos cooperativos e duas com sociedades de crédito ao microempreendedor. Entre 2005 e junho de 2012, os desembolsos da carteira de microcrédito do Banco atingiram R\$ 308 milhões, sendo R\$ 70 milhões em 2011 e R\$ 90 milhões neste ano até junho. (EXAME, 2012).”

3 INSTITUIÇÕES DE MICROCRÉDITO NO BRASIL

3.1 CREDIAMIGO:

O Crediamigo já existe há mais de duas décadas, desde seu surgimento, até os dias atuais vem se desenvolvendo e se estendendo regionalmente. De acordo com o Relatório Anual Crediamigo 2011, é um programa de Microcrédito Orientado, criado pelo Banco do Nordeste, a maior instituição da América Latina para o desenvolvimento regional, lançado em abril de 1998, iniciou suas operações com 51 unidades operadoras, sendo 46 unidades de atendimento e 5 unidades-piloto (implantadas 5 meses antes), tendo como base o fato do microcrédito ser um negócio com grande alcance social e um instrumento de fortalecimento da cidadania, com o intuito de inserir microempreendedores no sistema produtivo e financeiro. Ao longo dos anos o Programa foi se expandindo nacionalmente, assim em dezembro de 2011, passou a contar com 380 unidades, atendendo 1.878 municípios, atuando em outras regiões do país (BANCO DO NORDESTE DO BRASIL, 2011).

Segundo o BNB (Banco do Nordeste do Brasil, 2011), o Crediamigo facilita o acesso ao crédito a empreendedores localizados no setor formal ou informal da economia (microempresas, enquadradas como microempreendedor Individual, empresário Individual, autônomo ou sociedade empresária) e faz parte do Crescer - Programa Nacional de Microcrédito do Governo Federal - uma das estratégias do Plano Brasil Sem Miséria para estimular a inclusão produtiva da população extremamente pobre. O aval metodológico solidário, caracterizou o Crediamigo como o maior programa de microcrédito do país, possibilitando o acesso ao crédito a empreendedores que não tinham acesso ao sistema financeiro.

De acordo com o Relatório Anual Crediamigo 2011: O Crediamigo, assim como a maior parte dos programas de microcrédito, tem como seus clientes predominantes as mulheres. Outro dado importante é que 78% dos clientes tem a renda familiar inferior a R\$1.500,00, demonstrando a eficácia em atender as famílias de mais baixa renda.

O programa atua na área de liberação de créditos a um grupo solidário (grupo caracterizado por pessoas unidas espontânea e voluntariamente com interesse em obter crédito, assumindo o pagamento conjunto das prestações), ou individual, promovendo isto, com facilidade, agilidade e sem burocracia, oferecendo aos empreendedores, auxílio e orientação na forma de aplicação do recurso, com o intuito de inseri-los no mercado, com condições para que possam competir neste meio, além de criar contas correntes sem taxas de abertura ou manutenção, a fim de facilitar a movimentação do crédito.

Informações adicionais relacionadas com acesso ao crédito no programa Crediamigo, segundo o Banco do Nordeste (2011):

- Os documentos necessários para o cadastro de um o cliente do Crediamigo são CPF, Documento de Identificação com foto e Comprovante de Residência atual.
- O atendimento ao cliente do Crediamigo é personalizado, feito no próprio local do empreendimento;
- O empréstimo é liberado de uma só vez em no máximo sete dias úteis após a solicitação;
- Os valores iniciais variam de R\$ 100,00 a 6.000,00, de acordo com a necessidade e o porte do negócio;
- Os empréstimos podem ser recontratados e evoluir até R\$ 15.000,00, dependendo da capacidade de pagamento e estrutura do negócio, permanecendo esse valor como endividamento máximo do cliente.

A forma de atuação do Crediamigo (BNB, 2011) é amparada por uma lei (Lei 11.110 de 25 de abril de 2005) que regulamenta a participação de instituições financeiras por meio de parceria com OSCIPs (Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público), que são responsáveis por acompanhar a negociação desde o primeiro contato com o cliente, até a pós-venda. Dentre estas parcerias estão as OSCIPs:

- INC - Instituto Nordeste Cidadania, iniciada no ano de 2003, tem como missão contribuir para o desenvolvimento socioeconômico e cultural das comunidades localizadas em zonas urbanas e rurais na região do Nordeste, no norte dos estados de Minas Gerais, Espírito Santo e Distrito Federal.

- VIVA CRED – Vivacred, iniciada no ano de 2009, tem como principal objetivo conceder crédito aos micro e pequenos empreendedores, em especial, nas comunidades de baixa renda e ao seu redor.

As unidades de atendimento do Programa Crediamigo se estendem por três regiões do Brasil, contando com apenas uma unidade na região Centro-Oeste e as demais espalhadas pelas regiões Nordeste e Sudeste, divididas entre:

Região Nordeste:

- 36 unidades no Maranhão.
- 36 em Piauí.
- 120 unidades no Ceará.
- 21 unidades em Rio grande do Norte.
- 27 unidades em Paraíba.
- 27 unidades em Pernambuco.
- 19 unidades em Alagoas.
- 20 unidades em Sergipe.
- 49 unidades na Bahia.

Região Sudeste:

- 15 unidades em Minas Gerais.
- 3 unidades no Espírito Santo.
- 6 unidades no Rio de Janeiro.

Região Centro – Oeste:

- 1 unidade no Distrito Federal.

3.2 O QUE SÃO BANCOS POPULARES?

Os caracterizados “Bancos Populares”, não são bancos “oficiais”, tratam-se de Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs). São bancos criados e voltados para o desenvolvimento social e econômico, usando como ferramenta o Microcrédito Produtivo Orientado, visando atender um público que trabalha seja no setor formal ou informal e que não dispõe de acesso à linha de créditos convencionais, se tornando uma alternativa, para que este o público alvo, possa então iniciar ou dar continuidade ao seu empreendimento e gerar renda sustentável, não apenas concedendo créditos, mas também dando suporte aos clientes em outras áreas oferecendo cursos de gestão de Pequenos negócios, por exemplo.

3.2.1 BANCO POPULAR DA MULHER DE CAMPINAS:

Fundada em 06 de Novembro de 2002, a Associação de Crédito Solidário de Campinas – Banco Popular da Mulher (BPM, 2012) iniciou suas atividades oficialmente em 14 de março de 2003, no princípio usou o nome fantasia de “Banco do Povo de Campinas” - o que mudou ao longo do tempo. Qualificada como OSCIP, teve origem devido a uma parceria feita entre entidades da sociedade civil e a Prefeitura Municipal de Campinas, através da Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Trabalho. Trata-se de uma associação civil sem fins lucrativos, caracterizada como unidade de microcrédito, que tem como intuito, gerar empregos, renda e inclusão social, bem como fomentar a constituição e a consolidação de empreendimentos localizados no Município.

O BPM (2012), em concordância ao Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (instituído pela Lei 11.110/05), oferece linhas de crédito com taxas de juros reduzidas, para empreendedores que na maioria das vezes não tem acesso ao sistema financeiro tradicionalmente disponibilizado.

A sua forma de atuação se traduz a um serviço de concessão de crédito diferenciado das linhas conhecidas em comum, priorizando o contato direto e pessoal com o cidadão, desenvolvido através de um método singular, que facilita a disponibilização de crédito e auxilia o cliente, sendo que o microcrédito produtivo orientado também se destaca pelo

seu método de atuação, onde oferece constante acompanhamento ao empreendedor, durante toda a vigência do contrato e dispõe de uma assessoria organizacional.

Segundo o BPM (2012): Para operar um programa de crédito aos empreendedores de pequenos negócios, é importante compreender as especificidades deste serviço em razão das características pessoais destes empreendedores, da singularidade de cada processo produtivo, da qualidade da mão de obra utilizada e da repercussão social e econômica do trabalho que realizam.

O BPM (2012) trabalha desenvolvendo programas de treinamento e capacitação para seus clientes, incentivando atividades de capacitação técnica e gerencial para o público alvo, com o intuito de melhorar a sustentabilidade de seus negócios, promove também um curso de gestão de pequenos negócios, para aqueles que estão iniciando suas atividades, ou para aqueles que já possuem o seu negócio, a fim de ajudá-los a melhorar a organização de seus empreendimentos.

3.2.2 BANCO POPULAR:

Fundado em junho de 1998, o Banco Popular (BP), foi a primeira unidade da Associação Comunitária de Crédito do Vale do Aço (BANCO POPULAR, 2012).

Atuando também através do microcrédito, tem como missão contribuir com o desenvolvimento sustentável de pequenos negócios dos setores formal e informal da economia, gerando empregos, apoiando a inclusão social de cidadãos de baixa renda, promovendo independência financeira, contribuindo assim para o desenvolvimento econômico e social do Estado e do país.

Além da concessão de créditos, o Banco Popular atua também, com um programa chamado Agente do Crédito, voltado a orientação do cliente quanto à gestão de seu negócio, auxiliando no planejamento e desenvolvimento do empreendimento. De acordo com o Banco Popular, as linhas de crédito das quais a instituição disponibiliza são (BANCO POPULAR, 2012):

- Capital de Giro;
- Capital Fixo;

- BP Futuro Empreendedor;

Segundo o Banco Popular (2012), o cliente que pode obter crédito é:

- Quem trabalha por conta própria (autônomo);
- Quem pretende iniciar um negócio;
- Não ter restrição de crédito no mercado (SPC, Serasa e Protestos).

3.2.3 BANCO DO POVO PAULISTA:

O Fundo de Investimento de Crédito Produtivo Popular do Estado de São Paulo, também conhecido como Banco do Povo Paulista (BPP), trata-se do programa de microcrédito instituído pelo governo do estado de São Paulo e com suas constituições descritas, no ano de 1998 de acordo com a legislação (Lei Nº 9.533, de 30 de abril de 1997, e Decreto Nº 43.283 de 3 de julho de 1998) (BANCO DO POVO PAULISTA, 2012).

Onde tem como perspectiva, os objetivos:

- Promover geração de emprego e renda, por meio da concessão de microcrédito para o desenvolvimento de pequenos empreendimentos.
- Democratizar o acesso ao crédito de pequenos empreendedores que objetivam crescer, apoiando as suas habilidades, experiência de produção e serviços.
- Aumentar a renda familiar.
- Estimular e incentivar o empreendedorismo e a criação de novos postos de trabalho.
- Oferecer oportunidades reais de melhoria no trabalho e na geração de renda, o que conseqüentemente ocasionará mais desenvolvimento ao município.

As linhas de crédito do BPP se destinam a empreendedores que estão situados nos setores formais e informais, cooperativas ou formas associativas de produção ou trabalho. Segundo o BPP (2012), as linhas de crédito disponíveis pela instituição, no quesito de financiamento são:

- **Capital de giro:** qualquer tipo de mercadoria em geral, como, por exemplo: veículos, animais, acessórios, equipamentos, botijão de gás, vasilhames, prateleiras relacionados a comercialização e que não se tornem fixos.

- **Investimento fixo:** Maquinários, acessórios, veículos e ferramentas utilizados em prol do empreendimento, como, por exemplo: tratores, automóveis, utilitários, motocicletas, barcos, caminhões, ônibus, etc.

3.2.4 BANCO POPULAR DO BRASIL:

Criado pelo Banco do Brasil (BB), para que pudesse atender clientes que necessitam de empréstimos de pequenos valores (microcréditos), o Banco Popular do Brasil (BPB), oferece o Crédito Popular (BANCO POPULAR DO BRASIL, 2012), uma linha de crédito pessoal concebida ao cliente, de uso livre, com as menores taxas de juros do mercado, contratado de forma rápida e sem burocracia, sem a necessidade de apresentação de garantia, onde o dinheiro do empréstimo também pode ser investido livremente, sem restrições ou fins pré-determinados, seja em empreendimentos ou para pagar contas, de acordo com a necessidade do contratador.

Para poder Solicitar o Crédito Popular (BANCO POPULAR DO BRASIL, 2012), os cidadãos interessados têm que se tornarem clientes do Banco Popular do Brasil, sendo: maiores de 18 anos, sem restrição cadastral, visto que ainda é necessário ter conta aberta (com a apresentação de documento de identidade e CPF) há mais de 90 dias e que tenham feito depósitos e/ ou saques durante este prazo.

Depois de cadastrado e atendendo aos requisitos mínimos para efetuar a solicitação do Crédito popular, o Banco Popular do Brasil dispõe das seguintes condições para o cliente habilitado (BANCO POPULAR DO BRASIL, 2012):

- Crédito pessoal destinado aos clientes do Banco, uso livre, sem restrição quanto ao investimento ou efetuação de pagamentos.
- Valores de empréstimo podendo variar a partir de R\$ 51,00, até 600,00, de acordo com as possibilidades de cada cliente.
- Depois de solicitado, o empréstimo pode ser financiado no prazo de 4 a 12 prestações mensais, sendo o valor mínimo de R\$ 8,00.

- Taxa de juros de 2% ao mês, totalizando a porcentagem correspondente a 28,26% ao ano.
- TAC (Taxa de Abertura de Crédito), cobrada no ato da contratação correspondente a 2% do valor do empréstimo.
- IOF (Imposto sobre Operações Financeiras), tributo federal que é cobrado junto com as parcelas do empréstimo e é financiado pelo Banco.

O Banco Popular do Brasil, além de oferecer a linha de Crédito Popular que pode ser contratada sem muitas dificuldades, ainda se preocupa com o possível endividamento e a capacidade de pagamento de seus clientes, por isso enfatiza a questão do crédito responsável e consciente, os atendentes sempre procuram esclarecer bem as informações relacionadas às condições de empréstimo aos clientes solicitantes e perguntar a eles se as entenderam, pois mesmo apresentando taxas menores em relação as do sistema financeiro tradicional, o cliente deve manter seu pagamento em dia para que possa manter sua linha de crédito aberta (BANCO POPULAR DO BRASIL, 2012).

Além disso, o BPB ainda orienta seu cliente para que o crédito concedido a ele, não seja utilizado em compras impulsivas, mas sim que possa usá-lo como auxílio para concluir pequenos e inadiáveis compromissos, cujas taxas sejam mais elevadas. Como por exemplo, ao invés de financiar um produto (eletrodoméstico, mobília, etc.) diretamente em uma loja qualquer, o cliente poderá financiá-lo com os recursos do Banco Popular, o que certamente reduzirá o custo total do financiamento, pois ele pagaria uma taxa de juros que seria menor em relação às taxas do outro estabelecimento.

Dessa forma o Banco tem como perspectiva não apenas contribuir para que as pessoas cresçam financeiramente, mas, contribui também as orientando a serem mais responsáveis ao administrar suas finanças.

4 MICROCRÉDITO COMO FERRAMENTA PARA O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL

O microcrédito tem sido apontado como solução para a diminuição da pobreza. Justificativa esta utilizada para descrever essa nova modalidade de crédito, destinada a indivíduos impossibilitados de oferecer garantias a um banco ao fazer um empréstimo, que vem se disseminando internacionalmente. O microcrédito tem se imposto como alternativa aos problemas oriundos da globalização excludente, a nível mundial. Discute-se a sua adoção para solucionar problemas como pobreza e desigualdade social, em especial, ao tangível a países de condições de vida não tão desfavoráveis. SANTOS (2009).

Índices de pobreza contribuem para definir políticas públicas que possibilitem comparar a situação de diversas localidades e estabelecer prioridades. O fato em questão é sua confiabilidade como método de interpretação de situações a serem esclarecidas, como, porque certas carências se manifestam em determinadas sociedades e em outras não. SANTOS (2009).

A partir disto, é possível afirmar que o conceito de desenvolvimento e pobreza, passou por transformações desde a reestruturação após a Segunda Guerra Mundial. Dessa forma, uma perspectiva de desenvolvimento parece ter sido acometida por preocupações relacionadas exclusivamente ao crescimento econômico. Essa visão da questão da pobreza acaba por considerar a pobreza absoluta. SANTOS (2009).

A população de baixa renda, agricultores e microempresários se deparam com uma barreira que impede o acesso ao avanço comercial. O crédito é necessário para permitir o acesso a meios de produção que irão possibilitar aumento de capital do empreendimento, à medida que impulsionam as vendas. SPOSTO (2012).

O microcrédito tem o objetivo de conceder empréstimos de baixo valor a pequenos empresários informais e microempresas que não tem acesso ao sistema financeiro tradicional, por disponibilizarem de baixos montantes não podendo oferecer garantias. Representa uma alternativa para modelo padrão da concessão de crédito a indivíduos excluídos do mercado formal que não acessam o crédito tradicional, por não possuírem os requisitos exigidos por bancos. SPOSTO (2012).

A eficácia do microcrédito na redução à pobreza e ser, ao mesmo tempo, autossustentável, depende da sua capacidade de estimular e adequar o potencial empreendedor dos menos favorecidos nos mercados regionais. O microcrédito auxilia no combate à pobreza, conferindo efeitos como melhoria da utilização dos recursos financeiros da família, aumento da capacidade de geração de renda e melhora da capacidade em lidar com flutuações de renda. Porém, o sucesso deste tipo de crédito depende das condições de crédito e de mercado na qual se submete, assim, há um conjunto de fatores que conferem aos pobres a possibilidade de sair da pobreza ao se incluírem no programa de microcrédito. SOARES (2011).

Como se pode observar no decorrer do trabalho é que a metodologia utilizada pelo Crediamigo é constituída de captação de novos clientes, definição das condições de crédito, acompanhamento do empreendimento e acessória e renovação. O Programa tem como público-alvo, empreendedores dos setores informal e formal. Também são contemplados indivíduos que querem iniciar uma atividade, desde que sejam integrantes de bancos comunitários. Mas, em suma, o programa prioriza profissionais e empreendimentos já estabelecidos com no mínimo seis meses de funcionamento. BRAGA (2012).

Para financiar a população sem acesso ao sistema financeiro tradicional, o Crediamigo adota métodos recomendados pela legislação. Os assessores de crédito por manterem contato direto com os empreendedores, se responsabilizam pelo levantamento desses clientes e pela definição das necessidades de crédito em todos os ramos de atividade econômica em que estes se inserem. Além do crédito o programa disponibiliza serviços relacionados às microfinanças. Estes objetivam, além da concessão de crédito, incitar os empreendedores à competição ao mercado. A disponibilização de serviços financeiros adequados aos menos favorecidos, relacionados à geração de ocupação e renda, fornecem a multiplicação de seus ativos e proteção diante de crises econômicas. BRAGA (2012).

A experiência do microcrédito mostra que, tanto como muito já foi feito na tentativa de acabar com a pobreza, ainda há muito a se fazer. O setor de microcrédito no Brasil tornou-se um instrumento de combate à pobreza com seu impacto na realidade das famílias de baixa renda, embora sua oferta ainda não corresponda à demanda do país. Neste contexto, instituições financeiras representam grandes colaboradoras ao sucesso do microcrédito, já que, o desenvolvimento deste não depende unicamente de propostas de governo e indicadores econômicos. SPOSTO (2012).

Atualmente, bancos privados também estão ingressando no segmento de microfinanças. A importância destes para o setor de Microcrédito brasileiro é grande, por arrecadarem mais recursos e terem mais a oferecer, já que seu potencial é maior em relação às instituições de Microcrédito que, ao trabalhar somente com esse tipo de empréstimos arrecadam bem menos, não conseguindo atender às demandas do mercado. SCHULER (2012).

O maior desafio do poder público e da sociedade brasileira é o estabelecimento de meios que promovam o desenvolvimento social e econômico que confirmem a geração de emprego e renda às populações menos favorecidas, e que estes se baseiem no fortalecimento dos pequenos empreendimentos através do crédito produtivo. A exclusão atribui-se às dificuldades que os pequenos negócios têm de atender as exigências de garantia dos financiamentos exigida pelo sistema de financiamento tradicional. Os bancos comerciais na condição de agentes financeiros se recusam a conferir crédito aos pequenos empreendimentos não condizentes aos parâmetros do sistema financeiro tradicional, inclusive os critérios de segurança e rentabilidade definidos por eles. SCHULER (2012).

Com isso, o desafio apresentado é o de desenvolver estratégias adequadas às necessidades desses empreendimentos, e que estas tenham a capacidade de fornecer serviços financeiros, em especial o crédito e oportunidade de poupança. SCHULER (2012).

O conceito de pobreza varia de acordo como se olha para a questão. A modalidade de microcrédito para os menos favorecidos, praticada atualmente, relaciona-se com a pobreza como carência de necessidades essenciais. SANTOS (2009).

O microcrédito tem papel relevante no combate à pobreza, conferindo a redução das desigualdades e incentivando o desenvolvimento econômico. Hoje, muitas instituições fazem empréstimos e auxiliam as instituições de microfinanças utilizando-se de diversos métodos, desde o crédito individual com garantias e cooperativas de crédito, até grupos solidários. Compreende-se a sua formação como fator importante ao desenvolvimento econômico em comunidades carentes e ao combate à pobreza. O microcrédito se mostra como alternativa para ultrapassar os limites existentes no capitalismo superando as desigualdades e conferindo o desenvolvimento econômico e social SPOSTO (2012).

4.1 O programa de microcrédito CrediAmigo e suas estatísticas no desenvolvimento financeiro

Uma das características mais peculiares em relação ao crédito brasileiro é a ampla oferta de crédito popular, isto acontece através de mecanismos, como financeiras por exemplo. Disto acaba resultando em uma confusão entre crédito popular e microcrédito. (RIGHETTI, 2008)

Diferentemente dos sistemas de créditos convencionais, onde o cliente procura o banco, o microcrédito funciona de uma forma em que agentes do banco procuram os cadastrados em seus comércios visando avaliar suas necessidades em relação às condições do seu empreendimento, assim como, também, as possibilidades de pagamento. Diferenciado por seu sistema de garantias, o microcrédito é um instrumento que, atualmente auxilia um grande numero de pessoas nas regiões remotas do país.

As microfinanças existem abrangem território nacional e internacional. Alguns casos internacionais são os bancos da Indonésia, Bank Rakyat Indonésia (BRI), que, diante da alta rentabilidade adquirida pelo banco passou por grandes transformações, que é um dos pioneiros na execução de microfinanças e o Banco da Solidariedade S.A. (Banco Sol), na Bolívia. Devido a uma abordagem constantemente social, as microfinanças cresceram, passando a serem vistas com uma abordagem empresarial.

O crédito pessoal, em sua mais simples definição, é um tipo de crédito sem objetivo definido, de forma que qualquer indivíduo pode aderir a esta forma de crédito. Estes estão em sua maior disponibilidade, em bancos e outras entidades relacionadas a finanças pessoais.

Não existe uma só forma de crédito pessoal de forma que, consegui-lo é uma tarefa fácil, mas a velocidade com que o valor emprestado chegue a se aprovado depende das suas várias categorias existentes, sendo que cada uma delas sugere condições diferentes para obter este crédito. Não basta simplesmente solicitar o crédito em si, deve-se primeiro analisar todas as condições com muita cautela para que nenhuma decisão seja tomada sem que esta seja a melhor.

Abaixo esta sendo representada uma tabela com a estimativa de credito oferecida no país, nos períodos de dezembro de 2006, e dezembro de 2007.

TABELA 1 - Estimativa de Crédito Oferecida

Tipo	Dez/2006		Dez/2007			
	Entidades	Clientes	Entidades	Clientes	Valor Médio Empréstimo (R\$)	Valor Empréstado (R\$ milhões)
SCMs	56	21.286	53	20.145	2.531,92	51,01
ONGs, OSCIPs e Fundos Públicos	136	89.997	143	94.856	724,47	68,72
CrediAmigo	1	235.729	1	299.975	782,07	234,60
Cooperativas de microempresários	23	33.672	27	64.637	3.921,06	253,45
Bancos Privados	4	42.083	4	65.587	1.680,00	78,80
Recursos direcionados	–	267.512	–	518.182	970,74	503,02
Total	220	690.278	228	1.063.383	1.768,38	1.189,49

Fonte: Toledo

Esses recursos direcionados se resumem na aplicação de 2% dos depósitos, adquirido por várias instituições financeiras, menos as cooperativas de crédito, nos termos da lei 10.735 / 2003.

É possível afirmar que o microcrédito acaba se tornando um crédito pessoal, levando em consideração que ele acaba se tornando uma ajuda de custo para algum investimento. Juntamente com o microcrédito e crédito pessoal, encontra – se o capital de giro que, também, é outra forma de crédito pessoal. Para iniciar um negócio é necessário investimento, esse investimento chama-se capital de giro, que nada mais é do que um valor inicial utilizado para a iniciação de um comércio.

Hoje o Brasil vive a realidade de juros altos, onde fica difícil investimentos terem sucesso, pois, na maioria dos casos, empréstimos e financiamentos tem que ser renegociados para que sejam quitados. Contudo, estes juros já foram maiores e um dos problemas pelo qual o Brasil não se desenvolve financeiramente é a alta taxa de juros que impede que novos investimentos sejam feitos diante da dificuldade da quitação. É possível perceber uma queda dos juros em relação aos anos anteriores, principalmente no governo Lula. Isso refletiu em uma melhora, pois o microempreendedor viu uma oportunidade de

crescimento. Diante da redução das taxas de juros, atualmente obtém-se um microcrédito pagando 8% de juros ao ano. Levando em consideração uma taxa de juros anual, o microempreendedor pode cobrir essa taxa com seu lucro, por exemplo, diante de um investimento de R\$ 1.000, haverá um acréscimo de R\$ 80 ao fim de um ano, valor relativamente pequeno diante do investimento inicial.

A queda de juros é consequência da taxa de inadimplência tanto de pessoas físicas como, pessoas jurídicas. Pensando em uma forma de reduzir esses dados, os juros foram reajustados e reduzidos, desta forma, por um período, a inadimplência caiu gradativamente, pois a acessibilidade para se obter e quitar o crédito pessoal se tornou maior. Porém a taxa de inadimplência ainda não tem uma situação estável, mesmo decaindo com o passar dos anos, ainda existem situações que contribuem para que este índice volte a crescer.

Dados da Serasa Experian mostram a variação ocorrida no período de setembro de 2006 com uma estimativa a dezembro de 2012. Abaixo, pode ser feito o comparativo entre pessoa física (GRÁFICO 1) e pessoa jurídica (GRÁFICO 2), ambas analisadas no mesmo período.

GRÁFICO 1: Inadimplência dos consumidores



Fonte: Serasa Experian

GRÁFICO 2: Inadimplência das empresas



Fonte: Serasa Experian

Analisando os dados das tabelas acima, chega-se a conclusão de que ocorre uma variação constante da taxa de inadimplência no Brasil, também é possível observar nos dados que ocorreu uma queda considerável no decorrer dos anos. Mas qual a ligação de microcrédito com inadimplência e crédito pessoal? Os três dependem um do outro, qualquer dado que se altere em um, diretamente altera o outro.

O microcrédito pode ser apontado como uma das soluções para que a taxa de inadimplência, principalmente, caia, pois o crescimento de empreendedores individuais faz com que aumentem as oportunidades de emprego e com a geração de novos empregos, novos investimentos poderão ser feitos. O microempreendedorismo é um dos mecanismos mais utilizados por muitos indivíduos para resolver a realidade financeira.

Como o microcrédito contribui muito na região Nordeste, o Ceará em uma perspectiva de 45 meses, tem a possibilidade de melhorar o nível social de sua população. Neste período o crescimento, com o uso do microcrédito, a perspectiva de crescimento é de 60,2 %. Segundo a FGV (Fundação Getúlio Vargas), a população que tem renda abaixo da mínima teve uma melhora significativa em seus rendimentos mensais. 60,8% dos clientes que são ligados ao CrediAmigo deixaram o nível da pobreza. Este foi o melhor resultado obtido com o programa CrediAmigo.

O programa em apenas 2 anos de existência, já era considerado uma das maiores instituições de microcrédito na América Latina, com mais de 55.000 clientes ativos em 358

municípios, isto apenas na Região Nordeste do Brasil. Ainda no início do CrediAmigo, quase o total das empresas se tornaram autossustentáveis sendo o que objetivo era alcançar a total sustentabilidade antes do meio do ano. O CrediAmigo passou a ter um efeito diferenciado no Banco do Nordeste, de forma que, a exemplo do que faz o CrediAmigo, o Banco do Nordeste iniciou projetos de desenvolvimento de métodos para incentivar empréstimos de baixa inadimplência (CASTELO, 2005).

No início do microcrédito, a predominância em cadastros e procuras por crédito era, em sua maioria, realizado por mulheres onde, em outubro de 1993 subiu de 44% para cerca de três quartos em 1986 e cresceu consideravelmente nos anos 90. Em 1997, o número de mulheres cadastradas nos Bancos chegou a 95% em 1997.

O Brasil há muito tempo é considerado um dos maiores mercados de microfinanciamentos não explorados do mundo. Devido a grande população do país, o alto índice de pobreza e uma economia aberta, ele tem a maior concentração de empresas na América Latina estimada em mais de 9 milhões, com pelo menos 2 milhões somente na Região Nordeste. (CASTELO, 2005)

Diante disto percebe-se o quão grande é a carência existente no Nordeste. O tamanho da pobreza que lá existe. Um fato que com o surgimento das microempresas, vem mudando constantemente, visando sempre fazer o máximo para diminuir os índices de pobreza, não apenas na região Nordeste, mas em todo Brasil.

No Brasil, existem muitas empresas que oferecem serviços com as condições do microcrédito. Este programa possui algumas características. Alguns exemplos são:

- A disponibilidade em trabalhar diretamente com a comunidade, a fim de formar uma empresa através do perfil de seus consumidores.
- A aprovação do empréstimo é rápida, tendo em vista que a existência da possibilidade de sair da faixa de baixa renda faz com que a agilidade no empréstimo seja necessária e, também, ninguém quer esperar um período longo para receber o empréstimo.
- O microcrédito não exige grandes garantias, por entender, de fato, que a população de baixa renda não possui condições para providenciar tal exigência. Deste modo, o microcrédito concebe o empréstimo através de um Aval Solidário, onde todos os

sócios do negócio declaram que irão se supervisionar para que não haja inadimplência da parte de nenhum deles.

- Iniciar com pequenos negócios para colocar a prova a capacidade de crescimento do empreendedor e trabalhar com atividades que já existam no mercado atual, para, o reflexo das atividades existentes, usar das mesmas ou mais parecidas estratégias para crescimento.

Existem várias plataformas de investimento, porém algumas pessoas confundem duas delas que são microcrédito e microfinanças, muitos acham que são a mesma coisa, porém o microcrédito está dentro das microfinanças, desta forma, as microfinanças englobam o microcrédito e outras instituições que oferecem serviços de investimento do tipo, como micro-poupança, micro-seguro, micro-doações, entre outros.

O microcrédito é visto como uma solução financeira para ações relacionadas a pequenos investimentos, porém ele não deve ser visto apenas desta forma, mas também, como uma ferramenta de desenvolvimento socioeconômica que inclui novamente no mercado de empreendimentos aqueles que estavam excluídos diante da baixa renda.

Uma pesquisa realizada pelo IBGE no ano de 2001 demonstrou a importância do microcrédito para o desenvolvimento pessoal e financeiro daqueles que utilizaram deste recurso. A tabela abaixo mostra mais detalhadamente os resultados da pesquisa (TABELA 2).

TABELA 2: Micro e pequenas empresas de comércio e serviços, pessoal ocupado, salários, retiradas e outras remunerações, valor adicionado e receita operacional líquida, segundo faixa de pessoas ocupado – 2001.

Grandes Regiões e faixas de pessoal ocupado	Número de micro e pequenas empresas	Pessoal ocupado em 31.12	Salários, retiradas e outras remunerações	Valor adicionado (1)	Receita operacional líquida
Brasil	2 044 565	7 290 670	27 979 568	61 856 724	168 245 562
Até 5 pessoas ocupadas	1 536 272	2 958 944	9 634 642	26 764 984	76 934 168
De 6 a 19 pessoas ocupadas	439 719	2 668 873	10 372 680	21 582 424	66 612 098
20 ou mais pessoas ocupadas	68 574	1 662 853	7 972 247	13 509 316	24 699 297

Fonte: IBGE (2003)

Analisando os dados coletados na pesquisa, pode-se observar que o número de pessoas ocupadas é elevado gerando uma alta receita operacional líquida. Neste contexto, os crescimentos das atividades de microempreendedorismo crescem em uma razão constante, fazendo com que mais investimentos sejam criados. As empresas que possuam até cinco pessoas ocupadas são as que mais geram empregos, conseqüentemente, geram mais receita operacional líquida.

Para que o microcrédito funcione de uma forma favorável, são necessárias algumas estratégias. Um fator que faz com que o microcrédito se desenvolva é fazer com que ele seja aplicado em investimentos com um determinado público alvo para que todo dinheiro ganho em uma determinada região, fique dentro desta região, de forma que não serão feitos investimentos fora da região determinada. Com esta solução, haverá uma maior geração de empregos com renda capital maior. O público alvo do microcrédito são as pessoas que não participam formalmente do mercado de empreendedorismo, ou seja, em sua maioria, pessoas físicas que querem abrir seu próprio negócio para alcançar um retorno de renda favorável. A maioria são pessoas que exercem atividades autônomas, e usam de economias próprias ou poupanças de parentes e amigos para iniciar o investimento.

As atividades são diferenciadas, a escolha entre qual atividade exercer se torna difícil. Procurar investir em atividades diferenciadas, às vezes, é uma boa escolha. Investimentos simples que visam o cotidiano da sociedade, pode ter uma grande possibilidade de evoluir. MORAES (2002).

Dentre as finalidades do microcrédito estão algumas que se destacam entre as demais. Primeiramente, um dos objetivos principais fazer com que o máximo de pessoas de baixa renda se integre ao projeto, em seguida os demais objetivos visam manter a sustentabilidade financeira do empreendimento e fazer com que este gere impactos positivos na região em que atua.

Este programa foi e é visto por muitos estudiosos como uma estratégia como um método efetivo para a geração de emprego e aumento da economia de microcrédito, o que rende a população que carece de rendimentos para seu crescimento. Apesar de os dados atingirem essa média, o programa teve seu maior rendimento nos primeiros cinco anos, onde, analisando o curto período e seu crescimento, os 8% a 9% atingidos foram considerados dados importantes no início do programa. LUCAS (2008)

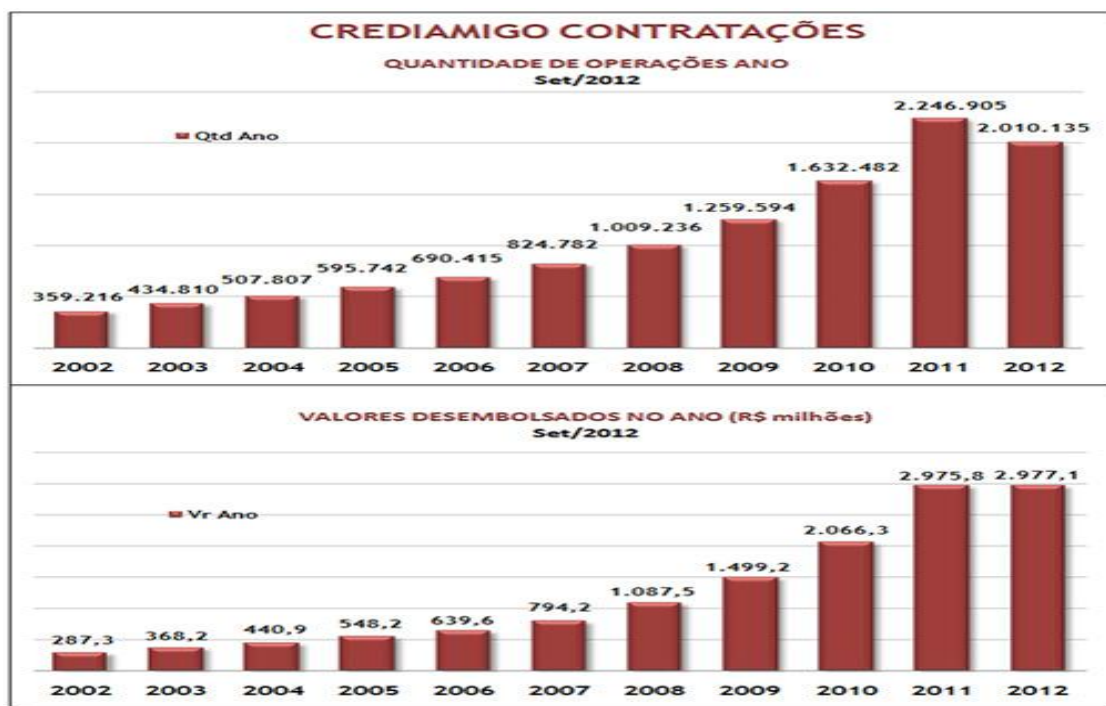
O microcrédito se tornou uma alternativa para crescimento financeiro de muitas pessoas que se encontram na faixa da pobreza. Este recurso é direcionado para essa faixa social, pois existem vários pré – requisitos que devem ser seguidos antes do microempreendedor conseguir o crédito.

O microcrédito não se desenvolveu no Brasil por consequências favoráveis, mas sim, pela falta de oportunidades existentes no país, o que obriga muitas pessoas a procurarem uma alternativa quanto a ter uma renda fixa mensal. Os instrumentos de crédito não são responsáveis por criar oportunidades, mas, sua função principal, é possibilitar que as oportunidades existentes dentro do setor econômico sejam aproveitadas. De fato, uma nação sem crédito, é uma nação quase sem oportunidades, pois tudo gira em torno de crédito e capital. A sociedade vive uma realidade capitalista onde quase tudo é comprado, e para comprar é preciso capital, sem oportunidades, não existe ganho de capital e é pensando nisso que o microcrédito foi criado.

A população que vive na pobreza, muitas vezes não é vista como deveria, os olhos da legislação brasileira estão voltados para aqueles que têm uma situação estabelecida. Em caso de inadimplência, os imóveis podem ser retomados, diante disto o mercado de crédito é totalmente esvaziado para que não haja riscos da inadimplência aumentar. O principal objetivo do governo brasileiro é fazer com que o direito dos pobres seja maior, a fim de regularizar sua situação fundiária e, assim, colaborando para que as invasões diminuam em relação aos dados atuais, o que dificulta, muitas vezes, para que o pobre consiga o crédito, também é a falta de garantias, não porque ele não queira deixar alguma garantia, mas porque não pode dar garantias. NERI (2005).

O microcrédito foi criado originalmente pelo ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, com o intuito, realmente, de diminuir o índice de pobreza no Brasil. Durante seu mandato, Fernando Henrique disse a seguinte frase: “*O Brasil não é um país pobre, mas sim um país injusto*”. Dando ênfase a esta frase, realmente analisando a situação real brasileira, o país é um país de poucas oportunidades para quem precisa e muitas oportunidades para quem não precisa.

A contratação do serviço de crédito teve um crescimento considerável nos últimos anos. O gráfico mostra um comparativo de operações ocorridas e valores desembolsados nos anos de 2002 a 2012. (GRÁFICO 3). Pode – se perceber uma alta constante até o ano de 2011 com uma leve queda no ano de 2012.

GRÁFICO 3: Comparativo de contratações do serviço 2002 a 2012.

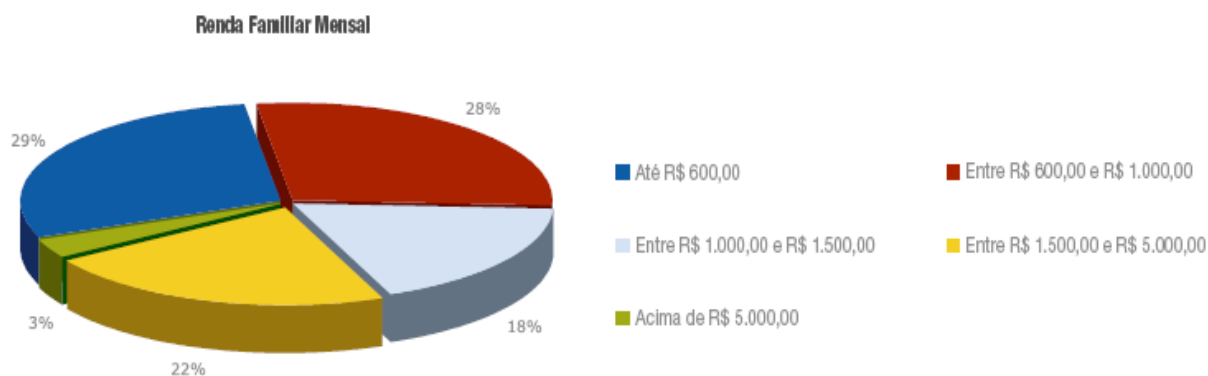
Fonte: [HTTP://www.bnb.gov.br](http://www.bnb.gov.br)

Outros dados do Banco do Nordeste mostram que o serviço é contratado em sua maioria por pessoas do gênero masculino. O estado que mais contrata o serviço é o estado do Ceará com 2.972.281 contratações no período de 1998 a 2011. Deste número, 330.584 pessoas estavam com cadastro ativo em Dez/2011.

O objetivo final do Crediamigo é subsidiar a aplicação de ações de incremento do acesso ao crédito e da qualidade do acesso ao crédito nas atividades microempresariais urbanas nordestinas. Examina as relações de dos clientes presentes e futuros do microcrédito com a informalidade e o mundo financeiro, enfatizando mecanismos de garantia das operações e a complementaridade com outros serviços de microfinanças. (NERI, 2008)

Observa-se que a contratação do serviço ocorre com uma magnitude maior, com pessoas que ganham até R\$ 600, pois, de fato, é uma renda relativamente baixa. Para sustento próprio, é possível fazer com que esta renda seja utilizável, mas para quem tem uma família, onde opera a maioria dos casos, a situação torna-se mais relevante. Abaixo, é possível observar mais detalhadamente no gráfico, a divisão entre contratações por faixa de renda fixa. (GRÁFICO 4).

GRÁFICO 4: Contratações por renda familiar mensal.



Fonte: [HTTP://WWW.bnb.gov.br](http://www.bnb.gov.br)

Diante dos dados, é possível observar que a diferença entre quem ganha até R\$ 600 e acima disto, entre R\$ 600 e R\$ 1000, é relativamente pequena, apenas 1%. Contudo, vale ressaltar que 1% equivale milhões de pessoas, então, baseando-se nas porcentagens, a diferença pode parecer pequena, porém, analisando profundamente, chega-se a conclusão de que ainda existe um número muito elevado de pessoas que vivem na zona da pobreza e necessitam desta ajuda.

4.2 Microcrédito como foco na diminuição da pobreza.

O Brasil, por mais difícil de admitir, tem um índice de desigualdade elevado, o que faz com que grande parte da população não consiga se inserir no mercado de trabalho e, para consegui-lo, em várias oportunidades, é necessário possuir uma formação específica. Mas, desenvolvimento e educação andam juntos, de forma que se um não dá certo, conseqüentemente, o outro também não possuirá desenvolvimento.

No Brasil a pobreza se encontra em alta e o papel do crédito torna-se importante para mudar a situação. Apesar dessa importância na vida brasileira, seu acesso tem sido restrito, devido a sua falta de oferta que prejudica os ganhos na produtividade. Algumas das maiores explicações para o baixo índice de aderência a este programa está as condições educacionais, culturais e econômicas mínimas, e quanto ao Estado, este não tem exercido o seu papel de levar esse novo tipo de crédito para o setor produtivo, tendo dificuldade na

implantação de políticas que venham a chamar a atenção do setor privado para fazer grandes financiamentos de produtos nobres. (CHAVES, 2011)

As microfinanças se tornaram uma nova forma de se ter acesso ao crédito, em especial o microcrédito, voltadas para pirâmide social e empresarial, focando a eliminação da pobreza e a inclusão social dentro de uma estratégia de desenvolvimento local. No ano de 1994 a estabilização monetária ganhou seu espaço, com isso trouxe a preocupação com a estabilidade financeira das pessoas, por outro lado vê-se que a pobreza é um sério problema que acaba por acarretar em outros, trazendo a informalidade crescente no mercado de trabalho, a desigualdade entre pessoas, e os desequilíbrios regionais. (BARONE, 2007).

Com estudos voltados para a macroeconomia vê-se que o indivíduo gasta a maior parte de sua renda com bens de consumo, e serviço que são necessários para a sua existência, sendo que parte dessa renda é guardada para um consumo futuro, na relação consumo (pirâmide social), ou na base da pirâmide empresarial (empresa informal, microempresa e empresa de pequeno porte), onde as atividades são feitas para trazer a estabilidade ou até mesmo para a acumulação simples, nisso o microcrédito entra para exercer o seu papel, aumentando a renda das pessoas que geralmente é gasta no próprio consumo. Essa renda também beneficia a sociedade, gerando em termos de agregados econômicos, estimulando o consumo, aumentando a procura por bens e serviços, já que essa atividade gera empregos, fazendo com que venha haver mais renda disponível para economia.

O sistema financeiro tem como uma das suas principais funções, possibilitar a transferência de recursos entre os agentes orçamentários, aqueles que têm mais recursos do que gastam, e dos agentes deficitários na forma de empréstimos ou financiamentos. (ARAÚJO, 2012).

Deste modo a pobreza é definida como a falta de condições de vivência humana, ou seja, condições para viver com o mínimo de conforto e humanidade. Muitos trabalhos realizados ajudam em alguns casos, a diminuir este índice. Porém enquanto um caso de pobreza é solucionado, dez novos aparecem. Esta situação de fato, vira um descontrole total.

Foi pensando nisto que programas como o microcrédito foi criado. Criado no governo FHC teve sua continuidade dada pelo ex-presidente Lula, o qual teve participação significativa por ter e ver suas origens em pessoas que passam por essa situação. O idealizador e realizador de uma das primeiras experiências com microcrédito, Muhammad Yunus, ganhou, em 2006, o Prêmio Nobel da Paz pela criação e idealização de um projeto, cujo objetivo principal, é combater a pobreza em larga escala, dando a oportunidade de crescimento a pessoas que possuem baixa renda.

Ainda sobre a pobreza e Yunus, percebia – se que as pessoas que viviam nestas condições, nada mais eram do que instrumentos de investimento fácil. Viviam sob o regime dos agiotas, dependiam deles para tudo, desta forma eles emprestavam o dinheiro, cobravam juros altíssimos, onde ficava difícil para o trabalhador pobre pagar. Os juros na compra de matérias primas também eram elevados e, por esta causa, estes trabalhadores acabaram adotando a seguinte forma de pagamento, dentre tudo o que produzissem, ficavam com metade e a outra se tornava pagamento.

Os bancos não forneciam crédito diretamente à população pobre que recorria a eles, até mesmo pela falta de garantias de pagamento. O dinheiro emprestado chegava às mãos dos pobres através de meios de produção. Desta forma, as mulheres acabavam se tornando as responsáveis por toda e qualquer tipo de movimentação financeira doméstica. Diante disto, mais um fato marcante ocorrido com a introdução do microcrédito é a revolução feminista contra o patriarcalismo, a posse total dos gastos pelo homem.

Analisando toda a trajetória do microcrédito, pode ser visto que é um programa que gera retorno financeiro, tem um índice relativamente baixo de inadimplência, se tornando então viável, desde que seja executado dentro dos padrões da região em que se encontra. Graças ao programa de microcrédito, o microempreendedor tem a possibilidade de conseguir empréstimos sem pagar taxas de juros que comprometam sua renda mensal. Quando um empréstimo é solicitado, o solicitante tem a possibilidade de pagá-lo em valores mensais, ou em valores semanais, o que gera uma taxa de juros menor em relação ao valor inicial emprestado.

Houve uma tentativa de, juntamente com o microcrédito, microjuros serem incorporados para um retorno mais rápido e mais fácil até para quem estava contratando o serviço. Enquanto os juros giravam em torno de 4%/mês em algumas empresas, o sistema de microjuros sugeria a diminuição para 1% em relação ao valor inicial, ou seja, em um

empréstimo de R\$ 200 divididos em 15 meses para pagar, o valor acrescentado seria de apenas R\$ 17,98 mensais, o que se tornaria um valor relativamente baixo em relação aos 4% cobrados normalmente.

Porém, a iniciativa foi contestada, onde era alegado que seria um investimento de “fundo perdido”, ou seja, investimento sem retorno satisfatório, pois entre as atividades de empréstimo envolvem custos administrativos, onde este 1% era visto como inviável para cobrir tais custos. Outra causa pela qual os microjuros receberam críticas foi porque diante de 1% e 4%, a escolha será certamente a primeira opção, de modo que havia o problema em relação aos juros de outras prestadoras. Em relação a 1%, tais juros (4%) pareciam abusivos, de forma que a procura seria maior pelo microjuro (COSTA, 2012).

O microcrédito se tornou um projeto extremamente viável, pois em quase todos os casos de pessoas que fizeram empréstimos, o retorno foi imediato, pois pessoas que querem crescer têm boas idéias. Este tipo de projeto visa da o mínimo de condições possíveis a pessoas que procuram o capital de giro, para que seja possível iniciar seu comércio próprio. Com sua concepção, mais de 500 mil empreendedores já passaram pela experiência do microcrédito, de forma que o equivalente a US\$ 200 milhões já foram emprestados para os microempreendedores.

O microcrédito possui por parte do Ministério do Trabalho e seus associados, inúmeros planos e projetos para contribuir com a boa gestão administrativa dos seus clientes, de forma que esta se torne uma forma de fazer com que os empreendimentos feitos, possam crescer e estabelecer uma fixação maior.

Interligado com o microcrédito existe o Planseq (Plano Setorial de Qualificação), onde este visa a formação de novos empreendedores através do microcrédito, aumentando assim sua demanda e potencial de resultados em relação a atividade que exerce. O Planseq é direcionado para os gestores de negócios, cujo seu propósito é conscientiza-los de como gerir melhor seu negócio, aumentando sua renda e diminuindo os riscos decorrentes diante de um mercado de trabalho tão competitivo. (PEREIRA, 2012).

4.3 Métodos de crédito disponíveis

Toda operação de investimento requer um capital aplicado, mas mesmo nos casos em que o empreendedor tem capital suficiente para iniciar um empreendimento, é sempre bom usar de outros recursos disponíveis, a fim de assegurar o futuro da empresa em alguma situação de risco. Quando o empreendedor não possui todo capital necessário para iniciar um negócio, ele é obrigado a recorrer a empréstimos. Os bancos oferecem condições acessíveis, mas é aplicável apenas para as pessoas que possuem alguma estrutura financeira, pois, apesar de os juros serem acessíveis, ainda sim para as pessoas pobres, eles se tornam altos.

Assim, dentro do mercado de capitais, o mercado de microfinanças atua como uma alternativa para as pessoas que não tem possibilidade de arcar com os relativos altos juros oferecidos pelas redes bancárias. As microempresas são a saída encontrada para que pessoas de baixa renda pudessem investir e crescer financeiramente. SCHREIBER (2009). Assim, como o microcrédito e o CrediAmigo, várias alternativas de crédito existem para suprir a necessidade destes cidadãos dentre elas estão algumas disponíveis abaixo:

- Alternativa de crédito ao consumidor, proporcionada por financeiras que não são tão exigentes quanto aos bancos. Esta alternativa oferece um limite de crédito de até R\$ 2.000, com uma taxa de 10% de juros ao mês.

- Empresas que trabalham com cartões de crédito: estas tem como foco principal a população de baixa renda, devido ao fato de que alguns empreendedores usam cartões de crédito para iniciar uma empresa. Para que esta forma seja escolhida, é necessário que o solicitante possua uma renda mínima de R\$ 150,00 e apresente várias formas de identificação.

- O crédito nas lojas é uma das alternativas mais utilizadas em relação as outras. A possibilidade de comprar a prazo nas lojas possibilitou um desenvolvimento para as mesmas e também, em relação à lucratividade que nelas foi investida. A relação criada entre cliente e empresa, facilita negociações de possíveis juros ou valores que possam ser alterados.

- Recorrer aos agiotas é uma alternativa que muitos usam quando necessitam de dinheiro rápido. Esta forma de crédito não tem exigências que possam impedir que algum

empréstimo seja feito. Porém, apesar de ser uma forma fácil de conseguir o empréstimo, a taxa de juros cobrada por estes é alta, varia de 6% até 45% ao mês dependendo do empréstimo.

- Este método é usado por muitas pessoas em geral, emprestar dinheiro de amigos se tornou uma das formas de empréstimos mais utilizada informalmente. Não possui exigência alguma, basta apenas existira relação de confiança entre o solicitante e quem irá emprestar o dinheiro. MORAES (2002).

- O crédito consignado é uma modalidade de crédito que foi muito incentivada no governo Lula. Este tipo de crédito consiste em oferecer um crédito para empregados do setor público e aposentados e pensionistas do INSS com condições de juros baixos, onde as prestações são debitadas diretamente do salário do solicitante. Contudo, um dos problemas mais decorrentes desse tipo de crédito é o mau uso, pois existe a possibilidade de um grande endividamento por parte das pessoas de baixa renda. Vendo que este era um problema que vinha aumentando no decorrer dos anos, o Governo Federal criou um meio para diminuir esta questão. Foi criado um limite máximo de endividamento que correspondia a 30% do valor do salário, aposentadoria ou pensão, sendo assim, dependendo do salário, a dívida não seria alta. NASCIMENTO (2008).

Enfim, as possibilidades para conseguir um crédito no mercado são diversas, porém, nem todas são confiáveis para se criar vínculos financeiros. Quando se trata de dinheiro, todo cuidado é necessário para que o solicitante não acabe entrando nos dados de inadimplência no país que, apesar de estar baixando, ainda é elevado.

Entre as possibilidades de crédito disponíveis, a característica principal para se propiciar um crédito bem sucedido é haver o retorno para todos os envolvidos no programa, por exemplo, se o retorno for direcionado em sua maioria para quem esta intermediando o investimento, não será bom para quem está aplicando esse empréstimo. O microcrédito e o Crediamigo propiciaram um retorno viável para os empreendedores contanto com juros baixos e retornos financeiros.

Analisando tudo isso, pode-se concluir que o objetivo final visado pelo Crediamigo e o microcrédito é fazer com que os direitos dos pobres sobre o direito de propriedades seja estabelecido, não motivando invasões, o que acarretaria o efeito contrário ao proposto.

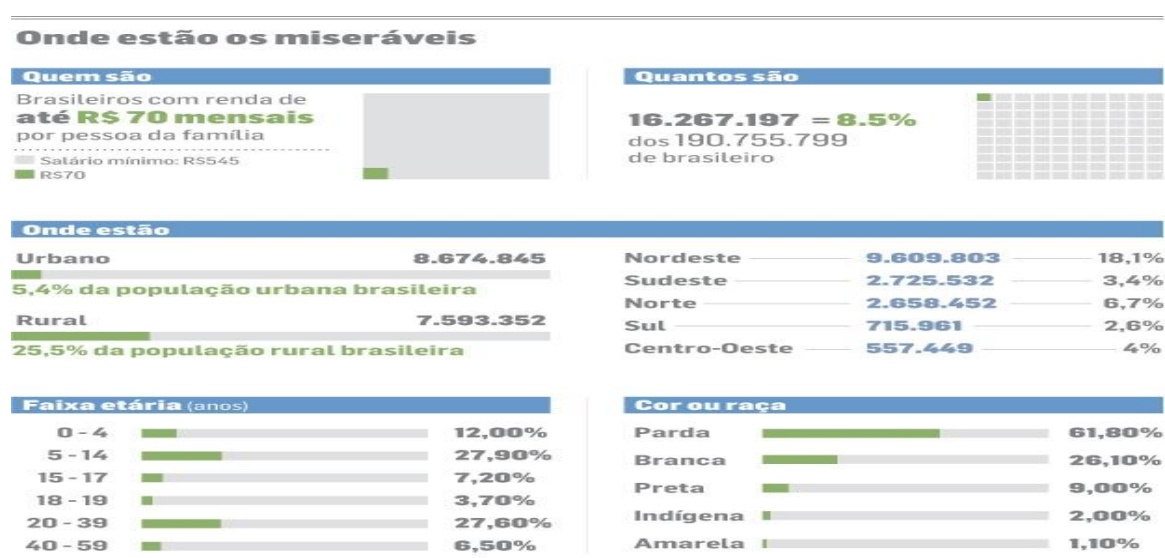
4.4 Existe uma solução definitiva para a pobreza?

A pobreza se tornou um dos piores reflexos para o Brasil e isso não ocorre por parte dos cidadãos, mas sim, por causa de um governo que por muito tempo se esqueceu de que existem pessoas que precisam de uma atenção especial do poder público. Tendo em vista o esquecimento do governo, a pobreza alcançou números altos, o que dificulta ainda mais a possibilidade de reversão desta situação.

Contudo, graças aos programas criados para ajudar a diminuir os altos índices de pobreza, que se encontravam alarmantes, gradativamente foi-se conseguindo uma melhora em relação aos dados anteriores. No período de 2002 a 2010, período em que o ex-presidente Lula esteve à frente do governo, o índice de pobreza no Brasil caiu 50,64%, o dado consta da pesquisa divulgada pelo centro de política social da FGV (Fundação Getulio Vargas), conforme reportagem do jornal O Estado de São Paulo. Nestes oito anos, muito foi feito pelo ex-presidente para desenvolver o microcrédito no Brasil.

Porém, mesmo diante da grande baixa da pobreza, o trabalho ainda não está concluído, pois restam 50% de pobreza para serem dissipados. O IBGE calcula que ainda existem 16,2 milhões de brasileiros vivendo na pobreza extrema. O gráfico abaixo mostra detalhadamente onde estão concentrados os números da pobreza. (GRÁFICO 5).

GRÁFICO 5: Índice de pobreza no Brasil



Fonte: IBGE

Analisando o gráfico pode-se ver claramente que a taxa de pobreza é maior nas áreas rurais e na região Nordeste do Brasil, onde atua arduamente o Crediamigo. Áreas estas que são esquecidas pelos ministérios e ministros responsáveis. A queda de 50% na pobreza se deu, em parte, pelos programas de microcrédito.

A pobreza tem ligação direta com a falta de recursos providos para as pessoas que se encontram nesta situação. Dizer que é possível inibir e eliminar todos os dados que constroem este quadro seria como querer viver em uma realidade distante e difícil de alcançar. As taxas de inadimplência no Brasil são altas devido a pobreza que esta ligada a elas, diante da falta de possibilidade de recorrer a um banco, a população pobre é vista com uma das responsáveis pela inadimplência.

O microcrédito age diretamente nesse empecilho criado pelas altas taxas de juros e exigências de garantia impossíveis de serem feitas pelo pobre. Movidos por pequenas idéias ou idéias novas, o microcrédito ajuda a realizar tais idéias usando pouco capital de giro por pessoa, lhes dando um prazo de tempo para pagar e juros acessíveis.

As microfinanças passaram a fazer parte da vida daqueles que a usam, pois se viu nelas uma nova solução em rendimentos e empreendimentos, o negócio que parece pequeno aos olhos de alguns, é grande diante das microfinanças, pois este setor tem consigo exatamente este objetivo, fazer com que pequenos projetos se tornem grandes realidades, mudando a perspectiva de muitos brasileiros que dependem apenas de si mesmos para sobreviver.

CONCLUSÕES FINAIS

A população inserida na linha de pobreza brasileira é grande, e diante disto, métodos opcionais são procurados para suprir a necessidade desta população. As linhas de microcrédito foram criadas para facilitar o desenvolvimento do cidadão menos favorecido. O Crediamigo foi uma excelente criação do governo, pois, muitas pessoas que viviam na faixa da pobreza, conseguiram mudar sua condição. O Crediamigo possibilitou a existência de uma chance a mais para o cidadão menos favorecido. O microcrédito, durante sua criação e desenvolvimento inicial, não obteve uma amplitude esperada nas áreas urbanas, até mesmo por estas serem mais desenvolvidas em relação às áreas rurais.

A região Nordeste é uma das mais privilegiadas com o nascimento do microcrédito, pois, sendo uma das regiões mais pobres no país, a adesão e penetração desta modalidade de crédito é enorme e foi desta forma que muitas pessoas conseguiram sair da linha da pobreza, pela contratação de serviços de crédito. O programa Crediamigo possui grande eficácia para encontrar a população pobre de uma forma mais clara, identificando, inclusive, quais as reais condições da pobreza de seus microempreendedores. A estimativa aproximada é de que 30% a 40% que ingressaram no programa saíram da linha da pobreza em cinco anos de programa, de modo que, que o monitoramento das famílias e a identificação de suas reais condições é importantíssima para o adequado oferecimento de soluções aos empreendedores. Pode-se concluir que para que haja o fortalecimento desse plano, são necessários vários estudos de forma que, com esses estudos, novos planos de saída da pobreza sejam elaborados para então, serem colocados em prática. SOARES (2011).

A criação de novos postos de trabalho é uma excelente opção para o desenvolvimento social e econômico no Brasil, e analisando que o microcrédito possibilita isto a um custo muito baixo, o retorno que, não apenas as instituições que ofertam este recebem, mas que principalmente, a economia brasileira recebe, tem uma relevância muito grande. Os índices de desenvolvimento do microcrédito são elevados, levando em consideração os números desde seu início até os tempos atuais. Dentre as varias formas de crédito disponíveis, inclusive as informais, o microcrédito é um dos mais seguros a se procurar, pois propicia o empréstimo rápido aquele que o solicita exigindo pouco, mas de

forma segura, de seus solicitantes. A forma de garantia exigida, o Aval Solidário, foi uma forma que tem aceitação geral entre os que solicitaram o serviço de microcrédito.

O microcrédito sozinho não resolve todos os problemas sociais e econômicos, mas é uma excelente e real opção de desenvolvimento para a população mais carente e conseqüentemente para o país. É preciso lembrar no entanto que assim como existem negócios que dão certo, existem aqueles que não dão certo, sendo este um risco que empreendedores correm. Quando um negócio não dá certo, a situação se complica de modo que fica difícil solicitar outro empréstimo, mas não decorrente de impossibilidade, e sim por causa de uma insegurança naqueles que perderam seu negócio. Em suma, fazer e refazer empréstimos vai gerando uma dívida maior e mais difícil de ser quitada, sendo de suma importância o acompanhamento e orientação ao empreendedor para que os objetivos de desenvolvimento social e econômico sejam atingidos.

Tendo em vista que a região do Nordeste é uma das mais beneficiadas com o microcrédito, a criação do Crediamigo dentro do Banco do Nordeste, foi um fato que fez com que o microcrédito fosse mais bem aceito pela população diante de seus planos e condições de pagamento. Além do Crediamigo Crescer Individual e Solidário, há também o Seguro de Vida Crediamigo, que auxilia em casos de acidentes ou óbito.

As microempresas atualmente contribuem de forma expressiva para a diversidade de operações de empreendedorismo. Estas, também, auxiliam para que o fluxo de pessoas que buscam emprego passe não só pelos grandes centros, mas por todas as microempresas que os rodeia, este deslocamento faz com que haja um descongestionamento dos grandes centros. O impacto causado pela criação do microcrédito é visível, de forma que traz benefícios e desenvolvimento social e econômico a população mais pobre.

A economia brasileira é baseada no capitalismo, visando, quase sempre, o benefício das grandes empresas, com isso, novas idéias acabam sendo colocadas de lado, atrasando o desenvolvimento do país. Durante o governo do ex-presidente Lula, houve foco na área social o que ajudou o microcrédito a se desenvolver, pensando exatamente nos pequenos investidores, naqueles que realmente necessitam de ajuda em relação ao desenvolvimento financeiro e estrutural da população carente. O fato de o microcrédito ter sua maior atividade nas regiões brasileiras mais pobres faz dele um programa admirável, porém para ser virtuoso, o microcrédito ainda tem que fazer com que as boas oportunidades sejam aproveitadas e cresçam de forma que as más oportunidades decaiam. O Crediamigo pode

ser considerado o Grameen Bank brasileiro em vários aspectos como, por exemplo, o aval solidário.

A quantidade de pessoas na faixa de pobreza sofreu uma diminuição, porém, com o crescimento do microcrédito, os números continuarão se alterando constantemente.

Aqueles que já iniciaram um empreendimento que se desenvolveu, tendem a crescer e auxiliar aqueles que procuram iniciar um novo empreendimento. As vantagens existentes no microcrédito são voltadas para a população mais carente e sem condições financeiras. A estimativa de crescimento do microcrédito é favorável em relação ao seu desenvolvimento e o programa vem crescendo e atingindo novas áreas de atividade, e aumentando sua abrangência. Instituições e Órgãos como o Banco do Nordeste que detém o Crediamigo buscam melhorar seus investimentos, oferecendo oportunidades e criando uma relação melhor com seus clientes. Funciona como uma parceria entre banco e cliente. Em suma, o microcrédito veio para ficar e para se solidificar dentre os grandes instituições, suas baixas taxas de juros e vantagens se destacam e se sobressaem dentre as outras modalidades de crédito, com o microcrédito a taxa de inadimplência vem caindo consideravelmente, se o ritmo de crescimento da base de operações continuar constante, esta taxa tende a cair ainda mais.

É preciso que se faça presente a possibilidade de crédito aos mais pobres, derrubando alguns tipos de casos informais como os agiotas, por exemplo, com isso, é preciso, ainda, determinar condições que possam suprir a necessidade de empréstimo a população mais carente brasileira, sendo que o que faz com que população mais pobre encontre dificuldades em realizar algum investimento em empreendimentos é a limitação ao acesso ao crédito oferecido nos sistemas de crédito convencionais.

Como o microcrédito funciona de uma forma que a partir de um centro, todos os campos ao seu redor sejam atingidos, isto facilita a disponibilidade de acesso a este tipo de serviço, de modo que seu conhecimento vem aumentando e seu alcance se alastrando por diversas regiões do país. O microcrédito é uma ideia inovadora, pois faz atualmente, o que não era possível fazer a alguns anos atrás. Executar e administrar um microempreendimento gastando pouco e ajudando o empreendedor a crescer juntamente com seu negócio.

Diante de todo exposto no desenvolvimento deste trabalho podemos afirmar que foram encontrados fortes indicadores de que o microcrédito pode sim ser ferramenta importante para gerar o desenvolvimento social e econômico.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AFONSO, Joana Silva - **O Microcrédito em Portugal** – Revista Associação Nacional de Direito ao Crédito 2010- ISBN: 978-989-97212-0-3

ALVES, Cesar Moreira; CAMARGOS, Marcos Antônio Moreira de - **Microcrédito: Uma Análise da Percepção dos Empreendedores Demandantes e da Aplicação dos Recursos** – Artigo apresentado à Faculdade Novos Horizontes e Faculdades IBMEC-MG, 2010

ARAÚJO. Mara Regina de. **O Microcrédito e o Combate a Pobreza**. Escola de Governo Professo Paulo Neves de Carvalho. Dissertação. Belo Horizonte 2012

BARONE, Francisco Marcelo; DANTAS, Valdi; LIMA, Paulo Fernando; REZENDE, Valéria. **Introdução ao microcrédito**. Brasília: Conselho da Comunidade Solidária, 2002. 65 p.

BARONE. Francisco Marcelo. **Acesso ao crédito e desenvolvimento local: o microcrédito no Brasil**. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre 28 de maio / 1 de junho de 2007.

BNB, **Crediamigo** – Apresentação-Banco do Nordeste do Brasil, 2012,

BNB, **Relatório Anual Crediamigo 2011**, Banco do Nordeste do Brasil, 2011.

BOL – Disponível em: <http://noticias.bol.uol.com.br/economia/2012/03/25/microcredito-impulsiona-200-mil-empresas-por-ano.jhtm>. Acesso em: 30/07/2012.

BOURDIEU, Pierre. O poder simbólico. Trad. Fernando Tomaz. 9ªed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006. In RIBEIRO, Daniel de Araújo Ribeiro - **Microcrédito como Meio**

de Desenvolvimento Social – Dissertação de Mestrado de Direito Milton Campos – 2009
p. 22

BP, **Quem Somos** – Banco Popular, 2012. Disponível em:
<<http://www.bancodopovo.sp.gov.br/>>. Acesso em: 30/07/2012.

BPB, **Crédito Popular** - BB Banco Popular do Brasil, 2012. Disponível em:
<<http://www.bancopopular.org.br/>>. Acesso em 30/07/2012.

BPM, **Nossa História: História, Estatuto e Leis – Histórico** – Banco Popular da Mulher,
2012,

BPP, **Sobre o Banco - INSTITUCIONAL - SOBRE O BPP – Objetivo** - Banco do Povo
Paulista, 2012,

BUFFARA, Gustavo. **O microcrédito como alavanca do desenvolvimento**. Revista
Custo Brasil.

CASTELO, Joelma Leite. **Controladoria em instituições de microcrédito: Um estudo
de caso do programa Crediamigo do Banco do Nordeste do Brasil S.A. (BNB)**.
Fortaleza, 2005.

CHAIA, A. J. **Modelos de gestão do risco de crédito e sua aplicabilidade ao mercado
brasileiro**. Dissertação (Mestrado em Administração), FEA-IPE/USP, São Paulo, 2003.

CHAVES. Sidney Soares. **Diagnóstico e Desafios do Microcrédito no Brasil**. Revista
Desenharia nº 15 setembro de 2011.

CIA, J. C. **Propostas de medidas de inadimplência para o mercado brasileiro**. In:
ENANPAD, 27, 2003, Atibaia (SP). Anais. Rio de Janeiro: ANPAD, 2003.

COSTA, Fernando Nogueira - **Microcrédito no Brasil** - Texto para Discussão.
IE/UNICAMP

EXAME.COM – Disponível em: <<http://exame.abril.com.br/economia/noticias/bndes-eleva-orcamento-para-microcredito-em-122?page=1>>. Acesso em 05/08/2012.

LUCAS, Mônica. **Microcrédito: 60% encontram saída da pobreza. Fundação Getúlio Vargas. 2008.**

MAGALHAES, Reginaldo Sales and ABRAMOVAY, Ricardo. **A formação de um mercado de microfinanças no sertão da Bahia.** Rev. bras. Ci. Soc. [online]. 2007, vol.22, n.63, pp. 107-119. ISSN 0102-6909.

Microcrédito e combate a pobreza. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/empreendedorsocial/887408-microcredito-e-combate-a-pobreza.shtml>>. Acesso em 13/11/2012.

MORAES, Zisleide Soares. ANDRADE, Magali Alves de. OLIVEIRA, Thiago de Souza. GONÇALVES, Anderson Souza. **O microcrédito como instrumento de desenvolvimento social e econômico.** Franca: Uni-FACEF, 2002.

NASCIMENTO, Francisco Marcelo Garritano Barone do. **Políticas públicas de acesso ao crédito como ferramenta de combate à pobreza e inclusão social: o microcrédito no brasil.** Rio de Janeiro. 2008

NERI, Marcelo. **Microcrédito: o mistério nordestino e o Grameen brasileiro: perfil e performance dos clientes do Crediamigo.** Rio de Janeiro – Editora FGV, 2008.

NERI, Marcelo Côrtes and GIOVANINI, Fabiano da Silva. **Negócios nanicos, garantias e acesso a crédito.** Rev. econ. contemp. [online]. 2005, vol.9, n.3, pp. 643-669. ISSN 1415-9848.

NICHTER, S. **Entendendo as microfinanças no contexto brasileiro: programa de desenvolvimento institucional.** Rio de Janeiro: BNDES, 2002.

ORÉFICE, R. A. F. **Renegociação de créditos inadimplentes: o comportamento do cliente perante o processo de cobrança.** Dissertação (MPA) Escola de Administração de Empresas de São Paulo. 2007

PAIVA, C. A. C. **Administração do Risco de Crédito**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 1997.

PEREIRA, Almir da Costa. **Programa nacional de microcrédito produtivo orientado (PNMPO): descrição, resultados e perspectivas**. REDD – Revista Espaço de Diálogo e Desconexão, Araraquara, v. 4, n. 2, jan/jul. 2012.

PORTAL BRASIL – Disponível em:
<http://www.brasil.gov.br/noticias/arquivos/2012/08/29/programa-de-microcredito-atende-mais-de-870-mil-trabalhadores-1>. Acesso em: 14/08/2012.

PORTAL G1 – Disponível em :
<http://g1.globo.com/economia/pme/noticia/2012/08/programa-de-microcredito-cresce-6257-no-2-semester-diz-governo.html>. Acesso em: 14/08/2012.

QUEIROGA, M. M. **Implicações do neoliberalismo na política social brasileira: o modelo de proteção social do governo Lula**. 2006. 54f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) - Departamento de Serviço Social, Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

RIBEIRO, Daniel de Araújo Ribeiro - **Microcrédito como Meio de Desenvolvimento Social** – Dissertação de Mestrado de Direito Milton Campos – 2009. p.22.

RIGHETTI, Carlos Cesar Buosi. **Efeitos do microcrédito na geração de renda em microemprendimentos**. São Paulo, 2008.

RIZZARDO, Arnaldo. **Contratos de crédito bancário**. 7ª ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2007. Citado em RIBEIRO, Daniel de Araújo Ribeiro - **Microcrédito como Meio de Desenvolvimento Social** – Dissertação de Mestrado de Direito Milton Campos – 2009 p.9

SANTOS, Claire Gomes dos and CARRION, Rosinha da Silva Machado. **Microcrédito e pobreza: um diálogo possível?**. Rev. adm. contemp. [online]. 2009, vol.13, n.spe, pp. 53-67. ISSN 1982-7849.

SCHREIBER, José Gentil. **O papel do microcrédito no combate à pobreza: Avaliação do impacto do microcrédito sobre a renda dos Microempreendedores, clientes do banco do empreendedor.** Curitiba - Universidade Federal do Paraná. 2009

SCHRICKEL, W. K. **Análise de Crédito: Concessão e Gerência de Empréstimos.** São Paulo: Atlas. 2000.

SCHULER, Daniela - **A Importância Do Microcrédito Para O Desenvolvimento Econômico E Social De Rio Do Sul Rio-** Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Ciências econômicas e desenvolvimento Regional, da área de Ciências Socialmente Aplicáveis da Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí - 2008

SCRIVANO, Roberta Scrivano - **O Estado de S. Paulo.** Encarte de Economia - 12 de dezembro de 2010

SEBRAE – Disponível em: <http://www.sebrae.com.br/customizado/uasf/servicos-financeiros/cooperativismo-de-credito/integra_bia/ident_unico/12760>. Acesso em: [09/09/2012](http://www.sebrae.com.br/customizado/uasf/servicos-financeiros/cooperativismo-de-credito/integra_bia/ident_unico/12760).

SOARES, Ricardo Brito; BARRETO, Flávio Ataliba e AZEVEDO, Marcelo Teixeira. **Condicionantes da saída da pobreza com microcrédito: o caso dos clientes do Crediamigo.** *Estud. Econ.* [online]. 2011, vol.41, n.1, pp. 119-142. ISSN 0101-4161

SILVA, J. P. **Gestão e Análise de Risco de Crédito.** São Paulo. 2006

SOARES, Ricardo Brito; BARRETO, Flávio Ataliba and AZEVEDO, Marcelo Teixeira. **Condicionantes da saída da pobreza com microcrédito: o caso dos clientes do Crediamigo.** *Estud. Econ.* [online]. 2011, vol.41, n.1, pp. 119-142. ISSN 0101-4161.

TOLEDO PIZA. Caio. **Sinergia entre Microsseguro e Microcrédito e o Crescimento dos Mercados no Brasil.** *Revista Brasileira de Risco e Seguro.* Recebido em 26/06/2009 e aprovado em 13/07/2009.

TOMELIN, Mario - **O microcrédito no Brasil**
http://argus.iica.ac.cr:19555/Documents/O_Microcredito_no_Brasil.pdf

VEAUVY, Alexandre- **Microcrédito como promotor de desenvolvimento social no Brasil: o caso do Banco Popular da Mulher de Campinas-** Faculdade de Campinas, 2011

VENTURA, Eloy Câmara. **A evolução do crédito: da antiguidade aos dias atuais.** Curitiba: Juruá, 2008. p.14 citado por RIBEIRO, Daniel de Araújo Ribeiro - **Microcrédito como Meio de Desenvolvimento Social** – Dissertação de Mestrado de Direito Milton Campos – 2009 p.9

YUNUS, Muhammad. O banqueiro dos pobres. São Paulo: Editora Ática, 2006, in RIBEIRO, Daniel de Araújo Ribeiro - **Microcrédito como Meio de Desenvolvimento Social** – Dissertação de Mestrado de Direito Milton Campos – 2009 p. 24

Resultados do Crediamigo. Disponível em: <HTTP://WWW.bnb.gov.br>

IBGE – Índice de pobreza no Brasil. Disponível em: <HTTP://www.ibge.gov.br>

O Estado de São Paulo. Disponível em:
<<http://www.estadao.com.br/noticias/nacional%2cindice-de-pobreza-no-brasil-cai-50-em-oito-anos%2c714372%2c0.htm>>. Acesso em 07/10/2012